

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional Ensino em Saúde
Juliana Rodrigues Bonifácio

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENSINO EM SAÚDE NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI: uma análise dos projetos
de extensão**

Diamantina
2017

Juliana Rodrigues Bonifácio

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENSINO EM SAÚDE NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI: uma
análise dos projetos de extensão**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Profa. Dra. Professora Dra. Tamar
Kalil de Campos Alves

Diamantina

2017

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária: Jullyele Hubner Costa CRB-6/2972

B715e Bonifácio, Juliana Rodrigues.
2017 A extensão universitária e o ensino em saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: uma análise dos projetos de extensão / Juliana Rodrigues Bonifácio. – Diamantina, 2017.
92 p.

Orientador: Prof. Dr. Tamar Kalil de Campos Alves

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde) –Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1. Extensão universitária. 2. Ensino em saúde. 3. Princípios do SUS. I. Alves, Tamar Kalil de Campos. II. Título.

CDD 378.8151

Elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

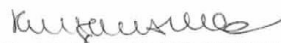
JULIANA RODRIGUES BONIFÁCIO

A Extensão universitária e o ensino em saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhona e Mucuri: uma análise dos projetos de extensão

Dissertação apresentada ao PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO EM SAÚDE - STRICTO SENSU, nível de MESTRADO como parte dos requisitos para obtenção do título de MAGISTER SCIENTIAE EM ENSINO EM SAÚDE

Orientador : Prof.^a Dr.^a Thamar Kalil De Campos Alves

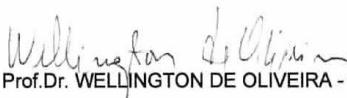
Data da aprovação : 13/03/2017



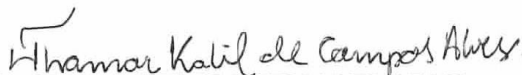
Prof.Dr. PAULO AFRANIO SANT'ANNA - UFVJM



Prof.^a Dr.^a AMANDA VALIENGO - UFSJ



Prof.Dr. WELLINGTON DE OLIVEIRA - UFVJM



Prof.^a Dr.^a THAMAR KALIL DE CÂMPOS ALVES - UFVJM

DIAMANTINA

Dedico este trabalho à minha mãe que com muita dedicação, carinho me auxiliou, incentivou a caminhar até aqui, reconheço que os méritos de todas as minhas vitórias sempre carregam um toque de suas mãos, bênçãos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sua infinita presença em minha vida.

À São Geraldo, pelo fortalecimento diário de minha fé.

Aos meus pais, pelo exemplo de que sempre é possível buscar o melhor para a minha vida.

À minha irmã, pelos momentos de alegria, risos proporcionados...eles foram fundamentais para que as energias se renovassem.

Ao Sérgio, pela atenção, carinho de sempre. Como é bom ter a sua presença em minha vida.

À professora Dra. Tamar Kalil de Campos Alves, pela dedicação, paciência, compreensão, incentivo a mim dedicados durante esse percurso de alegrias, incertezas, aprendizados, trilhado em prol da realização de mais uma etapa de minha vida acadêmica.

Aos docentes integrantes da Banca, pela presteza em acolher o meu pedido.

Ao professor Dr. Wellington de Oliveira, pelo incentivo à continuidade dos meus estudos.

À professora Dra. Amanda Valiengo, pelo carinho de sempre.

Ao professor Dr. Paulo Afrânio Sant'anna, pela atenção à temática contemplada nessa pesquisa.

Ao curso de Licenciatura em Pedagogia em nome Coordenação, professoras Dra. Denise e Dra. Bárbara, por entenderem minhas necessidades de ausência.

Ao ensino público brasileiro por possibilitar a equidade.

À UFVJM, pelo meu trabalho, espaço de aprendizados constantes.

Ao Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde e seus respectivos docentes, pela formação.

Aos colegas de turma, pelas aprendizagens coletivas.

À Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, pelo incentivo à participação nos eventos científicos.

À Extensão Universitária Brasileira, por fomentar o diálogo entre universidade e comunidade.

À PROEXC, pela gestão das ações extensionistas.

À Ronnie Mércia Pedras, pelo exemplo de profissionalismo.

À bolsista de iniciação científica Nathália Ventura, pelo comprometimento.

À todos(as) que de alguma forma contribuíram e incentivaram este estudo.

RESUMO

Este estudo apresenta algumas reflexões sobre as práticas da extensão universitária na formação em saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Busca-se analisar e compreender a partir dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, como os projetos de extensão em saúde na UFVJM são elaborados, ou seja, se os mesmos contemplam tais princípios doutrinários e como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação, a interação entre universidade e comunidade é definida e descrita. Com abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório, o estudo comporta: 1. pesquisa bibliográfica, levantamento de teses e dissertações sobre a temática; 2. pesquisa documental, levantamento dos projetos de extensão em desenvolvimento e registrados na Pró-Reitoria de Extensão da UFVJM, no período de 2012 a 2015 (recorte temporal estabelecido devido à implementação da Política Nacional de Extensão Universitária em maio de 2012; seleção, leitura preliminar, delimitação das categorias de análise por meio da definição dos eixos temáticos norteadores da discussão, análise e discussão final. Organiza-se em 4 seções: a primeira seção descreve a organização do SUS no contexto da Reforma Sanitária Brasileira. A segunda seção compreende o contexto histórico da extensão universitária no Brasil e, em particular, na UFVJM. Na terceira seção, evidencia-se a concepção de extensão universitária presente nos projetos, os fatores que impulsionaram a origem dos mesmos e a relação das ações descritas nos projetos com os princípios norteadores do SUS. Por fim, a quarta seção identifica, a partir da análise das categorias elencadas, se nos projetos de extensão ocorre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O estudo demonstrou que nos projetos de extensão analisados, prevalece a concepção de extensão universitária como via de mão dupla. No que se refere à presença dos princípios do SUS nas ações descritas, observa-se limitações quanto ao princípio da integralidade. Quanto à articulação ensino, pesquisa e extensão, identifica-se que a associação com o ensino restringe-se às temáticas trabalhadas nas unidades curriculares, a respeito da relação com a pesquisa reconhece-se a importância das ações extensionistas para a compreensão, análise e estudo de possíveis intervenções para o enfrentamento dos problemas/demandas apresentados na comunidade.

Palavras chave: Extensão universitária. Ensino em saúde. Princípios do SUS.

ABSTRACT

This study presents some reflections on the practices of the extension project for the health program at the Federal University of Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM). Drawing from the guiding principles of the Public Health Service (Sistema Único de Saúde - SUS), this study aims to analyze and understand how extension projects in health are carried out at UFVJM. Do these projects consider the established principles, and how connection and interaction between university and community are defined? This descriptive and exploratory study with a qualitative approach includes: 1. An initial bibliographical review, theses and dissertations on the subject; 2. documentary research, survey of extension projects under development and registered at UFVJM Extension Office from 2012 to 2015 (the period of time established due to the implementation of National Extension Policy in May 2012); document selection, preliminary reading, delimitation of categories of analysis through definition of thematic axes towards discussion, analysis and final discussion. This work is organized in four sections: the first section describes SUS organization in the context of Brazilian Sanitary Reform. The second one includes the historical context of university extension in Brazil, in particular, at UFVJM. The third section highlights the conception of university extension in projects, as well as, the factors that drove their origin, and the connection between actions described in projects with guiding principles of SUS. Finally, analysis of the listed categories in the fourth sections identifies whether teaching, research and extension are indissociable in extension projects. The study has shown for the extension projects analyzed that the university extension concept prevails as a two-way street. Regarding the existence of SUS principles in the actions described, limitations in terms of absoluteness can be observed. Regarding the articulation of teaching, research and extension, the association with education can be defined as restricted to the themes studied in the curricular units. In connection with research, the importance of extensionist actions is evident to understand, analyze and study possible interventions to face community demands.

Keywords: University extension. Health teaching. Principles of SUS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASE	Assessoria de Extensão
Cebes	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSU	Conselho Universitário
CRA	Coordenadoria de Registro e Acompanhamento
CAF	Coordenadoria de Apoio e Fomento
EM	Eramus Mundus
EnSa	Ensino em Saúde
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ESF	Unidades de Estratégias de Saúde da Família
FAFEOD	Faculdade de Odontologia de Diamantina
FAFEID	Faculdades Federais Integradas de Diamantina
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
EC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
RAS	Fundação Restoring Ancient Stabiae
RSB	Reforma Sanitária Brasileira
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
UE	União Européia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO CONTEXTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA.....	25
2.1 Princípios norteadores do SUS.....	28
3 HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	33
3.1 A extensão universitária no âmbito da UFVJM	46
4 OS PROJETOS DE EXTENSÃO NA UFVJM: PERCEPÇÕES	59
4.1 Categoria: concepção de extensão.....	59
4.2 Categoria: princípios norteadores do SUS.....	67
4.3 Categoria: articulação das propostas de ações descritas nos projetos com a concepção de extensão e com os princípios norteadores do SUS	70
5 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A - SUGESTÃO PARA INSTRUMENTO DE ANÁLISE PROJETOS DE EXTENSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE - UFVJM...91	

1 INTRODUÇÃO

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o 'saber'; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. (GRAMSCI, 1999, p. 222).

O presente estudo, vinculado à linha de pesquisa “Ensino, ética e política pública de saúde, tem como temática a extensão universitária no contexto dos cursos de graduação em saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), ofertados na cidade de Diamantina-MG. Sendo assim, parte do pressuposto político conceitual de que a universidade, constituída com base no tripé ensino, pesquisa e extensão deverá, por meio do desenvolvimento de atividades que integram a indissociabilidade desta tríade, desempenhar suas funções sociais.

Ao estudar a temática da extensão universitária no âmbito da graduação em saúde na UFVJM compreende-se, a partir da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) (2012), que a universidade, ao possibilitar a produção de conhecimentos articulados com as necessidades locais/regionais, poderá auxiliar na melhoria das condições sociais, bem como das políticas públicas desenvolvidas não só em Diamantina, mas também em toda região.

Tal entendimento vai ao encontro do conceito de extensão universitária estabelecido na PNEU (2012), no qual a extensão:

[...] sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010, p. 15).

Assim definida, denota uma postura da universidade na sociedade em que se insere, sendo, pois, partícipe de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a transformação não apenas da universidade, como também dos setores sociais com os quais ela interage. Revela ainda, prática acadêmica a ser desenvolvida como preceitua a Constituição de 1988, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, “com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEX, 2012, p. 16).

Nessa perspectiva apresenta como diretrizes a *Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, Impacto e Transformação Social*; todas com a função de orientar a formulação e implementação das ações extensionistas nas universidades brasileiras. Neste sentido, a sistematização dessas ações deve pautar-se, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social: *Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho*.

Ainda sobre a sistematização das ações extensionistas ressalta-se a classificação, conforme proposta elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a saber: *programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço*. Este Fórum foi criado em meados dos anos 1980, época em que a extensão universitária ganhou destaque nas discussões do meio universitário, resultado de uma articulação nacional dos temas comuns que estavam sendo discutidos nas universidades de todo o país, cujos objetivos contemplam, refletir sobre a extensão de forma a orientar as ações extensionistas das universidades públicas brasileiras, igualmente definir políticas de extensão para estas instituições.

No sentido de delimitar o universo da pesquisa, deu-se enfoque às ações desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, ofertados na cidade de Diamantina-MG, no que se refere aos projetos de extensão, estes definidos de acordo com o anexo I da Resolução nº 01 – CONSEPE/UFVJM, de 21 de setembro de 2007, como: “Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural e científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. Conceito que respaldou a análise do objeto de estudo.

Nessa perspectiva, justifica-se o estudo pelas motivações e intenções que instigaram a pesquisa relacionadas com a atuação da autora como pedagoga em uma universidade pública federal de Minas Gerais e o seu envolvimento em ações extensionistas no campo da educação e saúde.

Estima-se que a relevância da pesquisa, assim como de outros estudos já publicados, a exemplo, (COSTA, 2015; FREIRE, 2011; GURGEL, 1986; MELO NETO, 2003, 1996; NOGUEIRA, 2005), deve-se por sua pertinência científica, acadêmica e social, uma vez que pode apresentar contribuições consideráveis para o conhecimento e análise das ações extensionistas no âmbito do ensino em saúde na UFVJM, como também, proporcionar significativa reflexões das práticas extensionistas concebidas nas instituições de ensino superior.

Destaca-se dentre as inquietações que inspiram esta pesquisa, aquelas relacionadas às ações extensionistas no processo de formação em saúde e sua articulação com os princípios norteadores do SUS, uma vez que “os profissionais de saúde precisam estar adequadamente habilitados para garantir a qualidade técnica e humana do atendimento, e os serviços precisam estar organizados para responder às necessidades de saúde” (BARATA, 2009, p.107).

Nesse sentido infere-se que a extensão universitária, ao permitir a articulação entre a qualidade técnica e humana no processo de formação acadêmica dos profissionais da saúde no âmbito da UFVJM, Diamantina, estabelece conexões destes profissionais com a realidade dos serviços públicos de saúde local/regional.

A problemática norteadora da pesquisa apresentou-se da seguinte maneira: a partir dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), Universalidade, Equidade, Integralidade, de que maneira as ações extensionistas desenvolvidas por meio de projetos de extensão na área temática saúde, UFVJM, Diamantina, contemplam tais princípios? Como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação, interação entre universidade e sociedade é definida, descrita? Diante das ações descritas nos projetos, de que modo ocorre/ocorrerá a atuação dos participantes, ou seja, como a extensão universitária está prevista nestes projetos e por meio de quais ações a relação universidade e comunidade se apresenta?

Quanto ao objetivo geral procurou-se, analisar e compreender, a partir dos princípios norteadores do SUS, como os projetos de extensão em saúde na UFVJM são elaborados, ou seja, se os mesmos contemplam tais princípios doutrinários e como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação, a interação entre universidade e comunidade é definida e descrita.

Como objetivos específicos elencou-se: descrever a organização do SUS no contexto da Reforma Sanitária Brasileira (RSB); compreender a extensão universitária no Brasil e, em particular na UFVJM; evidenciar a concepção de extensão universitária presente nos projetos, igualmente os fatores (demanda da comunidade escolar, exigência universitária) que impulsionaram a origem dos mesmos, relacionando as ações extensionistas no campo da saúde na UFVJM com os princípios norteadores do SUS; identificar, se nos projetos de extensão ocorre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; analisar, a partir das ações descritas nos projetos, de que modo ocorre/ocorrerá a atuação dos participantes, ou melhor, como a extensão está prevista nestes projetos e por meio de quais ações a relação universidade e comunidade é descrita, definida; e, propor um roteiro para a elaboração de projetos de extensão na área temática saúde na UFVJM.

O levantamento dos projetos, objeto de análise da pesquisa, realizou-se por meio das informações disponibilizadas no site da Proexc/UFVJM, igualmente dos arquivos da respectiva Pró-Reitoria.

Foram selecionados, bem como analisados os projetos vinculados aos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina-MG, contemplados em primeiro lugar nos editais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex). Tais projetos correspondem à classificação geral dos Pibex regidos pelos Editais: 001/2012; 003/2012; 001/2013; 002/2013; 001/2014; 002/2014; 001/2015; 002/2015. Portanto, obteve-se como amostra 8 projetos coordenados por docentes dos cursos de graduação em saúde ofertados na cidade de Diamantina-MG.

Tal delineamento foi estabelecido por se tratar de um Programa Institucional que destina-se à oferta de bolsas de extensão a discentes da UFVJM vinculados aos Projetos de Extensão Universitária. Compreende-se que a classificação dos projetos, bem como suas respectivas avaliações tendem a estabelecer elos com a Política de Extensão Universitária da UFVJM (2009), traduzindo-se, portanto, em estratégia de organização de ações extensionistas almejadas pela universidade.

O programa apresenta dentre seus objetivos: possibilitar a aprendizagem em métodos e processos de extensão universitária; promover a interação da comunidade universitária com a comunidade externa na resolução de problemas, superação de dificuldades, intercâmbio de conhecimentos, saberes e serviços; contribuir com a formação dos discentes, a partir da interação com a realidade da população brasileira – em especial, a das regiões de abrangência da UFVJM; igualmente, qualificar os discentes para os desafios enfrentados no mundo atual em relação à atuação profissional e ao exercício da cidadania (REGULAMENTO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO, 2014).

O acesso às informações dos projetos de extensão respaldou-se no artigo 8º da Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, o qual define como:

[...] dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (LEI 12.527/2011).

Nesse sentido, quanto aos aspectos éticos a pesquisa desenvolveu-se em conformidade com o que é estabelecido pela legislação vigente. Os dados oriundos do estudo serão utilizados pela pesquisadora para fins de publicações científicas, igualmente disponibilizados nos espaços de consulta presenciais e on-line da instituição lócus da pesquisa.

Vinculado à linha de pesquisa Ensino, ética e política pública de saúde, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional Ensino em Saúde (EnSa), o estudo, coordenado pela professora Dra. Tamar Kalil de Campos Alves, teve como participantes a mestranda Juliana Rodrigues Bonifácio e a bolsista de iniciação científica, Nathália Ventura Carvalho; foi realizado no período de setembro de 2015 a fevereiro de 2017.

Com enfoque qualitativo a organização desse estudo comporta pesquisa bibliográfica (levantamento de teses e dissertações sobre a temática) e pesquisa documental (levantamento dos projetos de extensão e de extensão em interface com a pesquisa dos cursos de graduação em saúde da UFVJM em desenvolvimento e registrados na Pró-reitoria de Extensão da UFVJM, período de 2012 a 2015, recorte temporal definido devido à implementação da Política Nacional de Extensão Universitária em maio de 2012); seleção de documentos; leitura preliminar; delimitação das categorias de análise; análise e discussão final.

Por enfoque qualitativo entende-se a partir de Minayo (2001) a metodologia que:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14).

Ainda segundo Ludke (1986), o estudo qualitativo “ é o que se desenvolve numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (p. 18). Nesse sentido, a pesquisa em tela enfatiza a importância das informações que podem ser geradas a partir de uma análise crítica das fontes documentais, inexistindo ênfase na quantificação dos dados recolhidos.

No que cerne à pesquisa documental enquanto método de investigação da realidade social corrobora-se com o entendimento de Bravo (1991) que documentos são todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver.

Nesta perspectiva, a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (SILVA et al, 2009), traduzindo-se, assim, em uma atividade investigativa que não apenas realiza a descrição dos documentos mas que, conforme afirma Bravo (1991, p. 283) “aquele tipo de observación que versa sobre todas las realizaciones sociales

y lãs ideas humanas o son producto de la vida social y, portanto, encuanto registran o reflejan esta, pueden ser utilizados para estudiarla indirectamente”.

Dessa forma, a organização da análise dos projetos quantificados, selecionados, contemplou as seguintes fases:

- a) *Coleta e pré-análise*: escolha dos documentos a serem submetidos à análise, envolvendo soldagem da veracidade e credibilidade dos documentos adquiridos e a adequação destes às finalidades da pesquisa (CALADO; FERREIRA, 2004). Formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final; além da definição do *corpus* (conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos) utilizando-se como critério de seleção projetos classificados em primeiro lugar nos editais Pibex, correspondentes ao recorte temporal estabelecido na pesquisa;
- b) *Exploração do material*: leitura técnica dos documentos selecionados com base nas categorias a serem analisadas ao longo do processo de leitura. A delimitação destas categorias realizou-se a partir de temas correspondentes aos objetivos definidos para a investigação.
- c) *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*: esta fase resultou da sistematização e organização dos dados coletados por meio das fases anteriores, bem como das relações estabelecidas destes dados com a temática norteadora da pesquisa. Por meio desta fase, desenvolveu-se um instrumento de análise para a elaboração de projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde na UFVJM.

No que se refere às categorias de análise delimitou-se três, a saber: “Conceito de Extensão”; “Princípios norteadores do SUS”; Articulação das propostas de ações descritas nos projetos com o conceito de extensão e com os princípios norteadores do SUS”.

No que diz respeito à categoria *conceito de extensão*, compreende-se que sua aplicabilidade possibilita o delineamento das concepções de extensão universitária presentes nos projetos analisados. Quanto à categoria *princípios norteadores do SUS*, esta vai ao encontro de estudos, reflexões teóricas que elencam a importância da formação em saúde ser reorganizada, tendo como elemento constitutivo, o papel dos agentes formadores na proposta de institucionalização de um sistema de saúde “considerado inovador” (NUNES, 2007).

Sobre a categoria *articulação das propostas de ações descritas nos projetos com a concepção de extensão e com os princípios norteadores do SUS*, entende-se que esta reflete a

correlação ou não das ações propostas nos projetos com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde e a visão de extensão universitária descrita nos mesmos.

Ressalta-se que na análise e discussão proposta por esta pesquisa optou-se por invisibilizar sujeitos, nome dos projetos, cursos, uma vez que o objetivo do trabalho é analisar e compreender, a partir dos princípios do SUS, como os projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM são elaborados, ou seja, se os mesmos contemplam tais princípios doutrinários e como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação entre universidade e sociedade é definida e descrita.

Inexiste como objetivo da pesquisa a classificação dos projetos, por isso escolhe-se o silenciamento explícito de seus títulos, sujeitos participantes, cursos. Nesse sentido, serão denominados da seguinte maneira: Projeto A, Projeto B, Projeto C, Projeto D, Projeto E, Projeto F, Projeto G, Projeto H.

Com o intuito de contextualizar o *lócus* da pesquisa apresenta-se a seguir dados correspondentes à instituição.

Fundada no ano de 1954, a então Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAFEOD), teve sua autorização de funcionamento por meio do Decreto nº. 35.375 de 13 de abril de 1954, naquele momento, ofertando o curso de graduação em Odontologia. Federalizada pela Lei nº 3.489, de 17 de janeiro de 1960, tornou-se um estabelecimento de Ensino Superior, na forma de Autarquia em Regime Especial pelo Decreto nº. 70.686, de 7 de junho de 1972. Em 4 de julho de 2002, transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina, Lei nº. 10.487/2002 e, em 2005, em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Lei nº. 11.173, de 6 de setembro de 2005.

No atual contexto, 2015, a UFVJM, Diamantina, tem em sua estrutura seis cursos de graduação na área da saúde, a saber: Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Medicina.

O curso de Odontologia teve seu início no ano de 1954 com a fundação da então Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD). Em 1997 foi implementado o curso de Enfermagem e, no ano de 2002 os cursos de Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, todos ligados às Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID). Em 2014, implementou-se o curso de Medicina nos *campi* de Diamantina e Teófilo Otoni.

Como referência central para o desenvolvimento do estudo elegeu-se Paulo Freire, a partir dos fundamentos apresentados em seu livro “Comunicação e Extensão” (2011). Estabeleceu-se diálogo também com Costa (2015); Freire (2011); Gurgel (1986); Mattos (2009); Melo Neto (2003, 1996); Nogueira (2005); Paim (2008), dentre outros. Além de marcos

legais/oficiais, a exemplo, Política Nacional de Extensão Universitária (2012), documentos significativos da universidade (regimento geral, política de extensão, regulamento das ações de extensão, relatórios de gestão), bem como pesquisas desenvolvidas na UFVJM e em demais Universidades Federais e Privadas de Minas Gerais tanto no campo do Ensino em Saúde, como também no campo da temática específica desta pesquisa.

A pesquisa em tela é resultado do diálogo entre a bibliografia da área e as evidências e inferências possibilitadas pela análise do objeto de estudo. Estrutura-se em quatro seções, sendo que a seção 1, intitulada: “O Sistema Único de Saúde no contexto da Reforma Sanitária Brasileira” objetiva, por meio da contextualização histórica do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, descrever as ações que permearam a organização do Sistema Único de Saúde e sua respectiva relação com o processo de enfrentamento por uma saúde pública e de qualidade para os brasileiros.

A seção denominada “Histórico da Extensão Universitária no Brasil”, visa compreender o percurso das ações extensionistas no Brasil, e, particularmente, na UFVJM, desde sua organização aos dias atuais (2015) descrevendo as concepções, bem como, os conceitos de extensão universitária presentes neste percurso histórico.

Na seção “Os projetos de extensão na UFVJM: percepções”, são apresentados os fatores que impulsionaram a origem dos projetos de extensão e sua relação com o processo de formação em saúde na UFVJM, bem como a concepção de extensão descrita nestes projetos e sua articulação com os princípios norteadores do SUS.

A seção, “Indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão”, analisa de que maneira essa norma constitucional está sendo configurada nos projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina.

Como produto do estudo realizado, desenvolveu-se um instrumento de análise para a elaboração de projetos de extensão na área da saúde na UFVJM, organizado a partir dos princípios norteadores do SUS o qual será disponibilizado para análises e encaminhamentos necessários à sua possível implementação.

2 O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO CONTEXTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

As idéias e opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de um indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade (GRAMSCI, 2000, p. 82).

Nesta seção apresentarei a contextualização histórica do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, descrevendo as ações que permearam a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua respectiva relação com o processo de enfrentamento por uma saúde pública e de qualidade para os brasileiros.

Uma vez que a pesquisa estabelece como parâmetros para análise dos projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde os princípios norteadores do SUS, considera-se pertinente situar o espaço sócio histórico no qual se deu a criação deste sistema.

Refletir sobre a saúde no Brasil como direito assegurado, constitucionalmente, a partir de 1988, a todos os sujeitos brasileiros, é, ao mesmo tempo, condição necessária para o entendimento das ações de enfrentamento às desigualdades sociais tão presentes na contextualização histórica da sociedade brasileira.

Permeada pelo protagonismo de profissionais da saúde, estudantes, intelectuais e movimentos sociais urbanos (associações de bairro, movimentos contra a carestia, comunidades eclesiais de base, entre outros) e sindicatos, a Reforma Sanitária Brasileira (RSB), sustentou-se, inicialmente, em segmentos da classe média, nascendo da sociedade civil e só, posteriormente, partiu para a conquista do Estado: o Parlamento e o Executivo (Paim, 2008). Apresentou como diferencial a ênfase na democratização da saúde e em demandas por “liberdades civis e bens coletivos” capazes de reduzir as desigualdades e buscar a equidade no acesso a serviços públicos (ARRETCHE, 2005). Nesse sentido, Paim (2008), afirma que a RSB teve como princípio orientador a promoção da justiça social.

Corroborando com Gohn (2003), entende-se por movimentos sociais, as ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas, conforme ocorreu no processo da RSB.

Paim (2008) nos apresenta os principais elementos constitutivos do projeto da RSB, construído por meio da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1987:

- ✓ Ampliação do conceito de saúde;
- ✓ Reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do Estado;
- ✓ Criação do SUS;

- ✓ Participação popular;
- ✓ Constituição e ampliação do orçamento social

O primeiro elemento constitutivo direciona à seguinte reconceitualização de saúde:

A existência de saúde, que é física e mental - está ligada a uma série de condições irreduzíveis umas às outras [...] É produzida dentro de sociedades que, além da produção, possuem formas de organização da vida cotidiana, da sociabilidade, da afetividade, da sensualidade, da subjetividade, da cultura e do lazer, das relações com o meio ambiente. É antes resultante do conjunto da experiência social, individualizada em cada sentir e vivenciada num corpo que é também, não esqueçamos, biológico. Uma concepção de saúde não-reducionista deveria recuperar o significado do indivíduo em sua singularidade e subjetividade na relação com os outros e com o mundo. Pensar a saúde hoje passa então por pensar o indivíduo em sua organização da vida cotidiana, tal como esta se expressa não só através do trabalho mas também do lazer - ou da sua ausência, por exemplo - do afeto, da sexualidade, das relações com o meio ambiente. Uma concepção ampliada da saúde passaria então por pensar a recriação da vida sobre novas bases [...] (VAITSMAN, 1992, p. 171).

Compreende-se que ao defender uma concepção de saúde que contempla um conjunto mais amplo das necessidades humanas a autora vai ao encontro ao processo da RSB que de acordo com Arouca (1991), começou a ser pensado já na década de 40. Época do nascimento do movimento de medicina social, medicina preventiva, em que foi possível considerar a questão social da medicina, a multi-causalidade, pois foi introduzido o pensamento do materialismo histórico, além de desenvolver experiências de reorganização dos serviços de saúde.

O reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do Estado tem seu marco inicial a partir da primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICE), no ano de 1978 em Alma-Ata, capital do Cazaquistão. Tal conferência resultou na Declaração de Alma-Ata, documento que estabeleceu num plano mundial a participação efetiva dos Estados na saúde de seu povo. Além desse marco, vale ressaltar a Constituição Federal de 1988, as Leis Orgânicas da Saúde e as Diretrizes do SUS, que estabelecem as competências da União, dos Estados e dos Municípios frente à saúde.

Nesse sentido, sendo mais um elemento constitutivo da RSB, o SUS, regulamentado pela Lei nº. 8.080 de 1990, tornou-se um passo decisivo na luta por um acesso universal, integral e equânime por parte da população brasileira à saúde pública.

Visando regimentar a participação popular na gestão do SUS, igualmente as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, foi publicada, em dezembro de 1990 a Lei nº. 8.142, que dentre suas aplicações previu a criação das instâncias

colegiadas, conferências de saúde e conselhos de saúde, respectivamente. Os conselhos de saúde e as conferências de saúde se constituem, atualmente, nos principais espaços para o exercício da participação e do controle social na implantação e na implementação das políticas de saúde em todas as esferas de governo (BRASIL, 2013, p.12).

Ao defender a constituição e ampliação do orçamento social como elemento constitutivo, o movimento da RSB reconhece a necessidade da criação de fundos de saúde e o estabelecimento de fontes estáveis de receita para o seu financiamento.

Conforme mencionado anteriormente, o movimento da RSB teve como princípio orientador a promoção da justiça social, ou seja, pretendeu/pretende produzir mudanças dos valores predominantes da sociedade brasileira, tendo a saúde como eixo de transformação e a solidariedade como valor estruturante.

Para Paim (2008) o projeto da Reforma Sanitária, enquanto reforma social, implica incidir sobre o modo de vida das pessoas e da sociedade, considerando a saúde como foco. Na perspectiva do autor:

[...] a Reforma Sanitária representa uma *reforma social* inconclusa, passando por diversos momentos de um ciclo: era uma *idéia* que se ia plasmando na medida em que se procedia a uma crítica ao sistema de saúde durante a ditadura. Foi uma *proposta* inicialmente apresentada pelo Cebes, trazendo um conjunto de princípios e proposições tal como disposto no documento *A questão democrática na saúde*, em 1979. Foi, também, um *movimento*, mobilizando um bloco de forças políticas, ideológicas e sociais, além de um *projeto*, sintetizado no *Relatório Final da 8ª CNS*, consubstanciando um conjunto de políticas articuladas que requerem uma dada consciência sanitária, uma participação da cidadania e uma vinculação com as lutas políticas e sociais mais amplas. É ainda um *processo*, porquanto a *proposta* e o *projeto* formulados não se contiveram nos arquivos nem nas bibliotecas, mas se transformaram em “bandeiras de luta” de um *movimento*, articulando práticas (política, ideológica, científica, técnica e cultural) e tornando-se História (PAIM, 2008, p. 291-292).

Assim, para Jairnilson Paim (2008) a Reforma Sanitária é, simultaneamente, uma proposta, um projeto, um movimento e um processo que tem como diferencial a ênfase na democratização da saúde e em demandas por “liberdades civis e bens coletivos” capazes de reduzir as desigualdades e buscar equidade no acesso a serviços públicos (ARRETCHE, 2005).

Em suma os elementos constituintes da Reforma Sanitária – ampliação da consciência sanitária, construção de paradigma analítico oriundo da Saúde Coletiva, desenvolvimento de uma nova ética profissional, entre outros (Teixeira, 1989), ainda representam concepções de reserva, posto que no seu *processo* aparece com mais clareza a

construção de um arco de alianças política na luta pelo direito à saúde e a criação de instrumentos de gestão democrática e controle social (PAIM, 2008).

2.1 Princípios norteadores do SUS

Oriundo do contexto da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), o Sistema Único de Saúde (SUS) conforme definido no Art. 4º da Lei nº. 8.080 de 1990, compreende:

O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público [...] (BRASIL, 1990).

Nessa perspectiva, estão inclusos dentre os seus objetivos, identificar e divulgar os fatores condicionantes e determinantes da saúde, bem como prestar assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. Tais objetivos, vão de encontro ao conceito de saúde formulado pela Organização Mundial de Saúde em 1946: “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças” (WHO, 1946).

A organização deste Sistema emprega conforme o Art. 3º do Decreto nº. 7.508 de 2011, a conjugação das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada.

Os princípios doutrinários do SUS, *universalidade, integralidade e equidade*, estão explicitados no Art. 196 da Constituição Federal (1988) que afirma: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Esse artigo traz, além da ideia central do direito à saúde como direito de cidadania, inerente a todos aqueles que sejam brasileiros, por nascimento ou naturalização, a noção de que cabe ao Estado a responsabilidade de promover a saúde, proteger o cidadão contra os riscos a que ele se expõe e assegurar-lhe a assistência em caso de doença ou outro agravo (TEIXEIRA, 2011).

Nesta investigação, os princípios doutrinários do SUS apresentam-se como diretrizes da análise das ações extensionistas dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina-MG. Tal escolha, fundamenta-se, no entendimento de que estes princípios, ao se

fazerem presentes no processo de formação do profissional de saúde, podem viabilizar a articulação desta formação com práticas humanizadas que superam a fragmentação do cuidado e exigem a reposição do usuário-cidadão como o centro das formulações e operacionalização das políticas e ações de saúde (FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA, 2006).

Corroborando com Mattos (2009), entende-se, a partir do texto constitucional, dois sentidos da *universalidade*, um geral, expresso na própria ideia de que todos têm o direito à saúde e o outro restrito ao acesso às ações e serviços de saúde. De acordo com o autor, a diferença desses dois sentidos remonta exatamente à diferença entre o ideário do movimento sanitário e o acordo possível na constituinte, ou seja,

[...] reconhece-se a universalidade do direito à saúde, mas, no que diz respeito às especificações dos deveres do Estado para a garantia desses direitos, reconhece-se com absoluta clareza a obrigação do Estado em promover políticas econômicas e sociais para garantir o acesso universal às ações e serviços de saúde. Este princípio da universalidade do acesso aos serviços de saúde (permitam-me designá-lo assim para evitar confusão com a ideia mais ampla de universalidade) tem, por trás dele, uma tese ético-política: não é justo que alguém seja privado do acesso às ações e serviços de saúde dos quais necessite pelo simples fato de não ter renda. Cabe ao Estado garantir essa tese (MATTOS, 2009, p. 777).

Na perspectiva do autor, apesar de se tratar apenas de um dos componentes das necessidades de saúde das pessoas e grupos populacionais, tal tese deve ser integralmente defendida por aqueles que lutam pelo direito à saúde como responsabilidade do Estado.

Considera-se pertinente ressaltar que o princípio da universalidade, conforme já especificado por Mattos (2009), se traduz em condição necessária para a implementação de políticas que garantam o acesso às ações e serviços de saúde de forma equânime.

No que se refere ao princípio da integralidade, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 198, inciso II, traz como uma das diretrizes do SUS o “atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” (BRASIL, 1988). Neste sentido Mattos afirma que:

Há uma diferença fundamental entre as atividades preventivas e as atividades assistenciais, que devem ser articuladas: é que estas se fazem diante de um sofrimento manifesto, enquanto aquelas se fazem antecipando-se ao sofrimento. Integralidade, no sentido evocado no texto constitucional, sugere que as ações e serviços devem se esforçar ao máximo para evitar o sofrimento, mas que não podem permitir que esse esforço se dê às custas da incapacidade de dar resposta ao sofrimento manifesto (MATTOS, 2009, p. 778).

Dessa forma, em conformidade com as ideias apresentadas pelo autor, compreende-se que o foco do princípio da integralidade está direcionado ao saber lidar com o

sofrimento, viabilizando ações de orientação e cuidado que requerem além do conhecimento técnico/profissional, o reconhecimento de que o sofrimento possui várias origens que precisam ser contextualizadas no modo em que o sujeito vivencia concretamente tal realidade ou possível realidade (vir a sofrer como consequência da doença).

A partir desse olhar sobre a integralidade, entende-se que cada contato do profissional da saúde com o cidadão-usuário é fundamental para o encaminhamento de ações voltadas para o cuidado integral, seja ele direcionado para responder o sofrimento manifesto, ou às possíveis intervenções do futuro. Nessa relação profissional/usuário, o conhecimento científico adquirido ao longo da formação acadêmica precisará criar alteridade com os usuários e suas estratégias de busca dos serviços de saúde. Neste sentido, a atenção à saúde concentrar-se-á no usuário-cidadão, este, considerado como um ser humano integral; prática que abandona a fragmentação do cuidado, que transforma as pessoas em órgãos, sistemas ou pedaços de gente doentes, para dar espaço a ações interativas e holísticas do cuidado.

Retomando ao preceito constitucional, infere-se que o princípio da integralidade, quando inserido nas práticas preventivas ou assistenciais de saúde, tende a possibilitar que as demandas dos usuários-cidadãos sejam viabilizadas por meio de práticas inovadoras que despertem nos profissionais de saúde atitudes de diálogo e reflexão frente a realidade dos sujeitos. Tais ações convergem com o que está definido no inciso II da Lei Nº 8.080 de 1990, no qual a integralidade é “entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (BRASIL, 1990).

Em síntese, esse princípio procura germinar experiências transformadoras na vida das pessoas, cujas práticas eficazes do cuidado em saúde superam os modelos idealizados para sua realização (PINHEIRO, 2009).

Como mais um princípio doutrinário do SUS, o princípio da equidade, conforme nos aponta Viana *et. al.* (2003); corresponde à noção de que todos os indivíduos de uma sociedade devem ter justa oportunidade para desenvolver seu pleno potencial de saúde e, no aspecto prático, ninguém deve estar em desvantagem para alcançá-lo.

Nesse entendimento, no âmbito das políticas públicas, equidade se traduz em igualdade com respeito à diversidade e redução das desigualdades sociais consideradas injustas (VIANNA, 2014, p. 2180).

Corroborando com Campos (2006), uma ação baseada na equidade precisa levar em consideração a singularidade da existência humana na aplicação das normas genéricas.

Logo, pensar a equidade nas ações de atenção à saúde, vai além do simples ato de possibilitar oportunidades, traduzindo-se como meio de enfrentamento às diversidades condizentes com a realidade concreta dos cidadãos-usuários, ao passo que faz-se necessário reconhecer esta realidade e a partir dela encontrar maneiras de oferecer estratégias para a sua melhor compreensão.

De tal modo, nesta seção teve-se o intuito de descrever a organização do SUS no contexto histórico da Reforma Sanitária Brasileira, igualmente, relacionar os princípios norteadores deste Sistema de Saúde com as estratégias de enfrentamento do movimento sanitário.

Com isso, entende-se que a Reforma Sanitária se apresenta como um desdobramento de demandas sociais no século XX, mais especificamente nos anos de 1970 e 1980, com a atuação dos movimentos sociais.

No contexto de repressão militar do Estado brasileiro os sanitaristas e movimentos sociais urbanos se organizaram, sendo que, já na conjuntura da redemocratização do Brasil, final dos anos de 1980 foram atendidas algumas de suas reivindicações, dentre elas, a criação do SUS.

Corroborando com Paim (2008), pode-se definir a Reforma Sanitária como uma reforma social centrada na *democratização da saúde* (elevação da consciência sanitária sobre saúde e seus determinantes e o reconhecimento da saúde como direito); *democratização do estado* (assegurando a descentralização do processo decisório e o controle social, estimulando a ética e a transparência nos governos); *democratização da sociedade* (fazendo presença na organização econômica e da cultura, na adoção de uma “totalidade de mudanças”, em torno de um conjunto de políticas públicas e práticas de saúde).

Por consequência, prossegue-se este estudo apresentando o contexto histórico da extensão universitária no Brasil e na UFVJM, elencando os princípios das ações extensionistas, bem como, as concepções que se fizeram e se fazem presentes nas instituições públicas universitárias brasileiras.

3 HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A educação não pode ser vista como ação neutra e desvinculada das relações estabelecidas entre o homem e sua realidade. É fundamental que a educação atente para as experiências de cada indivíduo, considerando o momento histórico-social no qual se realiza a prática educativa, e acrescentaríamos: é urgente que a educação aconteça no espaço de vivência do educando, ou seja, no seu micromundo, buscando conhecê-lo para transformá-lo (MALUSÁ, 2004, p. 114).

Esta seção tem como objetivo compreender o contexto histórico da extensão universitária no Brasil e, em particular na UFVJM, por meio do estudo das concepções de extensão universitária que se fizeram e se fazem presentes nas universidades públicas brasileiras. Para tanto, organiza-se a partir das concepções de extensão universitária previstos nas legislações pertinentes, como também nos resultados apresentados em pesquisas recentes sobre a temática.

A extensão universitária, surge na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculada à ideia de educação continuada, desenvolvida sob a forma de cursos e outras atividades, destinada não apenas às camadas menos favorecidas, mas à população adulta, que não se encontrava na universidade. Posteriormente, há registros de atividades de extensão nas universidades americanas, caracterizadas pela prestação de serviços nas áreas urbanas e rural.

Identifica-se a influência do modelo europeu nas primeiras ações extensionistas praticadas no Brasil, em 1911, na antiga Universidade de São Paulo, vinculada a Universidade Popular, que ministrava cursos gratuitos sobre diversos temas, abertos à população em geral (NOGUEIRA, 2005).

Alguns anos mais tarde, em 1926, registra-se a implementação de outro modelo de extensão universitária na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, hoje, Universidade Federal de Viçosa. Tal modelo inspirava-se na atuação dos *Land Grand Colleges* americanos, com atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, levando assistência técnica aos agricultores.

Nessa mesma perspectiva, em 1922, a Escola Agrícola de Lavras (hoje, Universidade Federal de Lavras), inicia suas primeiras atividades de extensão por meio da publicação do jornal *O Agricultor*, que propunha “disseminar, de modo claro e preciso, os conhecimentos indispensáveis ao inteligente aproveitamento das riquezas naturais” (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

Tanto a vertente de influência inglesa – cursos, como a de influência americana – prestação de serviços estiveram presentes nas ações extensionistas, posteriormente, concebidas nas universidades brasileiras (GURGEL, 1986, p. 31).

Quanto à institucionalização da extensão universitária, pode-se identificar que no Brasil, a primeira referência legal ocorreu por meio do Decreto nº. 19.851 de 11 de abril de 1931, que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual traz, em seu artigo 42:

A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario. § 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionais. (BRASIL, 1931).

Nesse sentido, a extensão universitária é compreendida como a forma por meio da qual a universidade irá expandir o conhecimento científico produzido, seja ele de caráter utilitário ou educacional.

De acordo com Nogueira (2005), o texto do decreto, possibilita, ainda, a apreensão da concepção de universidade e de extensão universitária:

[...] a universidade deve exercer influência sobre a sociedade, elevando o nível de cultura do povo, e a extensão é o mecanismo através do qual isso se processará[...] (NOGUEIRA, 2005, p. 18).

Assim continua a autora:

[...] a extensão foi utilizada como um instrumento de transmissão de conhecimento da universidade para a sociedade e de propagação de valores de uma classe hegemônica que definia a ordem política e econômica que se instaurava no país (NOGUEIRA, 2005, p. 18).

Analisando o contexto histórico e legal da extensão universitária a partir da publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), percebe-se a partir de Nogueira (2005) que a extensão limitava-se à divulgação da pesquisa produzida nas universidades e ao reforço do ensino elitista ofertado para uma camada privilegiada da população que no dizer de Tavares (1997), traduziu-se em cursos e conferências, ministrados por docentes, sem que houvesse qualquer relação com os interesses mediatos e imediatos da maioria da sociedade em que a instituição estava inserida.

Para Gurgel (1986), o estatuto representou a mais detalhada análise e proposta de operacionalização sobre a extensão universitária para o país.

Corroborando com o autor, Costa (2015) nos afirma que, em meados dos anos de 1930, a concepção de extensão universitária orienta-se pelo entendimento da universidade

como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância, resultante de ações verticalizadas de extensão, que no dizer de Freire (2011) “coisificam” o homem, não sendo, pois, uma forma de educação emancipadora.

Na sequência da institucionalização da extensão universitária brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, apresenta na alínea *c* do Art. 69 a possibilidade de os estabelecimentos de ensino ministrarem cursos: “de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos”.

De acordo com o exposto, a extensão institucionalizada nesta referência legal se reduz a cursos promovidos por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades.

No período concomitante à promulgação dessa legislação, 1960 a 1964, a União Nacional de Estudantes (UNE) incentivou intensa participação dos estudantes universitários em atividades extensionistas, desvinculadas da universidade. Nesta época, a UNE defendia uma proposta de atuação que objetivava “levar o estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins” (NOGUEIRA, 2005, p. 20). Dessa forma, possibilitava aos discentes uma reflexão sobre as ações realizadas, sendo que, algumas iniciativas eram desenvolvidas apenas pelos estudantes e, outras, por estudantes, docentes e técnicos.

Vale ressaltar que a diretriz norteadora de tais iniciativas visava aproximar universidade e sociedade, fazendo com que o espaço acadêmico discutisse os fatores impactantes dos problemas que acarretavam as classes populares.

Nessa perspectiva, percebe-se que a UNE defendia uma universidade que voltada para as necessidades das classes populares, onde a extensão universitária exerceria o papel fundamental de articular as ações da universidade com a realidade social urbana e rural.

Com o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964, houve a dissolução da UNE e a implementação de controles rígidos a segmentos da sociedade civil, como também das universidades. Quanto à institucionalização da extensão universitária, possibilitou-se a participação dos universitários brasileiros em experiências junto às comunidades rurais, num sentido assistencialista.

A exemplo dessas experiências merecem registros dois programas diretamente relacionados à institucionalização da extensão naquele momento: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon.

O CRUTAC teve início no ano de 1966 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e objetivava interiorizar a universidade por meio da prestação de serviços à comunidade do interior do estado. O programa possibilitou a realização de experiências na atenção social à população rural, efetivando a orientação extensionista da UFRN e a prática multiprofissional no processo de trabalho em saúde (UFRN, 2017).

A partir do desenvolvimento dessa experiência, o projeto foi se expandindo, atingindo outras áreas do conhecimento e convertendo-se em estágio obrigatório a todos os estudantes regularmente matriculados naquela universidade (NOGUEIRA, 2005).

Essa expansão alcançou tamanha relevância social que obteve reconhecimento por parte do Ministério da Educação, o qual viabilizou condições materiais e técnicas para a implementação do programa em âmbito nacional.

Para Nogueira (2005), o CRUTAC estava com conformidade com a ideologia marcante do poder daquela época, que “procurava consolidar sua hegemonia mostrando para a sociedade civil a sua preocupação com a condição de miserabilidade das camadas desvalidas” (NOGUEIRA, 2005, p. 24).

Ainda sobre a ideologia do programa, Paiva (1986) entende que a função da universidade restringia-se a civilizar e instruir as populações “incultas” por meio da propagação do conhecimento científico produzido no meio acadêmico. Para o autor, a universidade representava a “cultura” frente à precariedade das condições econômico-sociais das camadas menos favorecidas da população.

De fato, os estudantes ao terem contato com estas comunidades, apesar de serem meros executores das propostas elaboradas pelo governo militar, contribuíam para a melhoria das condições de vida da população do meio rural, o que, de alguma forma, pode ser considerado como uma experiência importante no contexto acadêmico do estudante universitário brasileiro daqueles tempos.

Outra ação extensionista de dimensão nacional que merece destaque é o Projeto Rondon. Instituído por meio do Decreto nº. 62.927, de 23 de junho de 1968, tinha como finalidade promover estágios de serviço para estudantes universitários, no entanto, os estágios eram desenvolvidos durante o período de férias escolares, com o objetivo de conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional.

A partir de críticas dos próprios estudantes quanto ao caráter esporádico do Projeto, cria-se o Programa *Campi* Avançados, visando dar às suas atividades caráter mais contínuo e permanente. Conforme Nogueira (2005), em cinco anos foram criados 22 *campi* em áreas consideradas estratégicas para a segurança nacional.

De acordo com a autora, o pensamento filosófico que apoiava as ações do programa tinha como princípio a participação dos jovens e da universidade no desenvolvimento do país.

Em 1968, foi promulgada a Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Legislação que fixava a indissociabilidade entre ensino e pesquisa no ensino superior.

No que se refere à extensão, a lei previa, em seu artigo 20, que os estabelecimentos de ensino deveriam estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, atividades de ensino, bem como, resultados das pesquisas inerentes à sua finalidade.

Além disso, a alínea *a* do artigo 40, estabelece que as instituições de ensino superior por meio de suas atividades de extensão:

[...] proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

Por meio da análise dos artigos mencionados, foi possível identificar que a referida legislação trazia uma concepção de extensão universitária assistencialista, onde prevalecia a influência das vertentes europeia e americana, esta, com ênfase na prestação de serviços e aquela na realização de cursos. Como nos diz Nogueira “a extensão continua sendo a forma como a universidade transmite às comunidades seu ensino e o resultado de sua pesquisa de forma isolada” (NOGUEIRA, 2005, p. 23). Portanto, não se concebe um processo em que as atividades de ensino e pesquisa se articulem com a extensão, da mesma forma, não se percebe a troca de saberes entre universidade e sociedade” (NOGUEIRA, 2005, p. 23).

Para Nogueira (2005), a sociedade permanece como mera receptora de conhecimentos elaborados no campo científico.

Na primeira metade da década de 1970, cria-se o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborado pela Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Interior.

No Plano de Trabalho a extensão foi definida como:

[...] a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (BRASIL, 1975)

Nesse sentido, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior (NOGUEIRA, 2005).

A concepção de extensão defendida pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária (1975) recebeu influência das ideias de Paulo Freire (1977), principalmente as apresentadas em seu livro *Extensão ou Comunicação?*, onde há uma crítica ao equívoco gnosiológico do significado da palavra extensão, como o simples ato de estender algo a alguém, traduzindo-se em invasão cultural. No livro Freire defende o uso da palavra comunicação no sentido de que “sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognitivo” (FREIRE, 1977, p. 65).

Juntamente com os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária, no final da década de 1970 e início da década de 1980, teve início o processo de luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais brasileiras.

Tal movimento levou à reelaboração da concepção de universidade pública com a redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo que esta última se efetivaria por meio de:

Cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, de difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontraria inserida, ou exigências de ordem estratégica. (BRASIL, 1975).

Dessa forma,

[...] a troca entre os saberes acadêmico e popular possibilitava a efetivação de uma política extensionista mais comprometida com as necessidades vivenciadas pela população, possibilitando, assim, que o ensino e a pesquisa desenvolvidos na universidade estivessem mais integrados com a realidade social. (TAVARES, 1997, p. 63).

Com base no exposto, evidencia-se a superação da extensão universitária compreendida apenas como “cursos e prestação de serviços”, para uma visão holística do processo de integração entre a universidade e comunidade.

A institucionalização das ações extensionistas passa, também, pela criação em novembro de 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras (FORPROEX). Este Fórum surge quando a extensão universitária ganha destaque nas discussões do meio universitário, traduzindo-se como resultado de uma articulação nacional dos temas comuns que estavam sendo discutidos nas universidades de todo o país, cujos

objetivos contemplam, refletir sobre a extensão de forma a orientar as ações extensionistas das universidades públicas brasileiras, igualmente definir políticas de extensão para estas instituições.

No primeiro encontro realizado pelo Fórum é pactuado um novo conceito para a extensão universitária:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987).

Nesse contexto, identifica-se uma nova forma de pensar a ação extensionista no âmbito universitário que articula, ao mesmo tempo, as ideias expressas no Plano de Trabalho com os critérios estabelecidos para o processo ensino e aprendizagem defendidos pelos pró-reitores, não só no sentido da produção acadêmica, mas também, da participação da comunidade na relação dialética entre teoria e prática.

Em harmonia à proposta apresentada pelo FORPROEX tem-se em 1988, o reconhecimento constitucional do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão das práticas universitárias, igualmente a possibilidade das atividades de extensão receberem apoio financeiro do Poder Público.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras exerceu significativa contribuição na elaboração, junto ao Ministério da Educação, das políticas de extensão universitária, dentre elas, destaca-se o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993.

Esse Programa adota o conceito de extensão elaborado pelo FORPROEX, definindo-a como prática acadêmica que interliga as ações de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, implementando, assim, o compromisso social da universidade (NOGUEIRA, 2005).

De acordo com Nogueira (2005), a partir dos objetivos definidos no Programa a extensão universitária deve:

[...] procurar implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação teoria e prática. (NOGUEIRA, 2005, p. 51).

Neste sentido, a política de extensão proposta pelo Programa reconhece na extensão universitária a maneira pela qual a universidade, em conjunto com sociedade, estabelece estratégias de intervenção ao enfrentamento das demandas do seu entorno social.

No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/96, estabelece, no inciso VII do Art. 43 como uma das finalidades da universidade a promoção da “extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

A Lei também define que a educação superior abrangerá cursos e programas de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino, além de reafirmar o apoio financeiro às atividades de extensão por parte do Poder Público, estabelecido na Constituição (1988), incluindo que tal apoio poderá ser realizado mediante bolsas de estudo.

Outra política de extensão elaborada diretamente a partir da atuação do FORPROEX foi o Plano Nacional de Extensão, aprovado durante a realização do XIV Encontro do Fórum, em maio de 1998, publicado pelo MEC em dezembro de 1999.

Para Nogueira (2005), o Plano Nacional de Extensão (1999) representou/representa a intensa luta do FORPROEX pela manutenção do apoio financeiro do MEC quanto às ações extensionistas, além de reafirmar o compromisso social da universidade no desenvolvimento de ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade e desenvolvimento social.

No que se refere à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão o Plano reconhece a extensão como prática acadêmica que vincula a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa.

Quanto à pesquisa, busca-se a produção de conhecimento por meio da articulação universidade/comunidade, valorizando metodologias participativas na criação e recriação de conhecimentos favorecedores de transformações sociais (NOGUEIRA, 2005).

Com relação ao ensino, argumenta-se a necessidade de se reconfigurar o entendimento de sala de aula, considerando que esta seja compreendida não apenas como o

espaço físico da dimensão tradicional, mas que, abarque os espaços internos e externos à universidade, ou seja, todo o contexto histórico social com suas múltiplas determinações (NOGUEIRA, 2005).

A partir desse entendimento a universidade:

[...] não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão. (NOGUEIRA, 2005, p. 86).

Dessa forma, infere-se que a extensão universitária ao viabilizar a integração entre ensino e pesquisa nas atividades acadêmicas, deixa mais próximo possível a formação dos futuros profissionais com as realidades sociais existentes.

Em continuidade à institucionalização da extensão universitária, o Plano Nacional de Educação, decênio 2001-2010, Lei nº. 10.172/01, estabelece como meta implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior, igualmente, assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País seja reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Estas metas representaram o interesse em integrar as ações extensionistas aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação, viabilizando, assim, a articulação necessária com o ensino e a pesquisa.

Concomitante com esse período (2001-2010), tem-se institucionalização da avaliação da extensão universitária no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei Nº. 10.861 de 14 de abril de 2004, que tem por finalidade:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, Art. 1º, parágrafo 1º).

O SINAES estabelece que o processo de avaliação das instituições de ensino superior leve em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, reunindo informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de

graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação, bem como das avaliações institucionais e dos cursos.

O Exame objetiva avaliar as instituições de educação superior para identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais e os impactos acadêmicos e sociais do ensino superior. Dentre as dimensões elencadas, destacam-se as relacionadas à extensão universitária:

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade (BRASIL, 2004, Art. 3º).

Em suma, as informações obtidas por meio do SINAES são utilizadas para orientar as instituições de ensino superior e para embasar políticas públicas. Ressalta-se, também, que os dados são úteis à sociedade, especialmente aos estudantes, como referência às condições dos cursos e das respectivas instituições.

A partir do exposto percebe-se que no início da década de 2000, o conceito de extensão universitária já havia superado a ideia de disseminação de conhecimentos acadêmicos e de prestação de serviços, abrindo espaço para tornar-se:

Instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re) produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades (PNEU, 2012, p. 9).

Em sequência à institucionalização da extensão universitária, o Decreto nº. 7.233, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre os procedimentos orçamentários e financeiros das universidades federais estabelece em seu Art. 4º, parágrafo 2º, inciso VIII, que dentre os parâmetros definidos para a alocação de recursos financeiros das universidades federais serão considerados “a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (BRASIL, 2010).

Sem dúvida o Decreto representou uma importante iniciativa para a garantia de financiamento público para as ações extensionistas, igualmente reforçou a necessidade da definição de indicadores de avaliação da qualidade destas ações.

Dando prosseguimento à institucionalização da extensão, em maio de 2012, o FORPROEX aprova no XXXI Encontro Nacional de Pró-Reitores, a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), resultado de um amplo debate ocorrido nos Encontros realizados nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Em tal documento a extensão universitária é compreendida como “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (PNEU, 2012, p. 15).

Assim entendida, denota uma postura da universidade na sociedade em que insere, possibilitando a interação que transforma não apenas a universidade, mas também, os setores sociais com os quais interage, devendo ser desenvolvida como preceitua a Constituição (1988), de forma indissociável do ensino e da pesquisa (PNEU, 2012).

A PNEU (2012) estabelece algumas diretrizes norteadoras das ações extensionistas, a saber: *interação dialógica, interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante, e, impacto e transformação social.*

Tais diretrizes foram concebidas a fim de contribuir para a superação das três crises da Universidade Pública, apontadas por Santos (2004): a crise da hegemonia, a crise da legitimidade e a crise institucional.

Quanto à crise da hegemonia, resulta das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas (SANTOS, 2004).

Em relação à crise de legitimidade, esta ocorreu, por um lado, pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual, em decorrência da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados por meio das restrições ao acesso ao ensino superior e a credenciação das competências; e por outro, devido às exigências sociais e políticas da democratização da universidade, com a reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares (SANTOS, 2004).

A crise institucional foi resultado da oposição entre a autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submetê-la a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade (SANTOS, 2004).

A PNEU (2012) define que a diretriz *interação dialógica* orienta o diálogo entre universidade e sociedade objetivando a troca de saberes e a superação do discurso da hegemonia acadêmica. Dessa maneira, visa a produção de um conhecimento em interação com a sociedade,

de forma que “contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática”. (PNEU, 2012, p. 17).

A diretriz *interdisciplinaridade e interprofissionalidade* busca superar a dicotomia entre as visões holísticas, que objetivam compreender a complexidade do todo e ao mesmo tempo tendem a ser generalistas e as visões especializadas, que tratam as especificidades por meio do parcelamento do todo.

No que se refere à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, a PNE (2012) afirma que “as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa)”.

Quanto à relação extensão e ensino, a diretriz indissociabilidade:

[...] coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional – e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. (PNEU, 2012, p. 18).

Dessa maneira, o estudante torna-se protagonista de sua formação técnica e cidadã, de forma que o eixo pedagógico tradicional ‘estudante-professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante-professor-comunidade, sendo todos participantes ativos do processo ensino e aprendizagem.

Na relação com a pesquisa, a extensão universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, que priorizam métodos de análises inovadores por meio do diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Assim,

[...] para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais. (PNEU, 2012, p. 18).

No que diz respeito à diretriz *impacto na formação do estudante*, a PNEU afirma que as atividades de extensão oportunizam aos estudantes contato direto com as questões contemporâneas, enriquecendo, em termos teóricos e metodológicos, o universo de referência destes discentes.

Com o propósito de imprimir à universidade um caráter essencialmente político, a diretriz *impacto e transformação social* reafirma a extensão universitária como:

Mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (PNEU, 2012, p. 20).

Além disso, a PNEU (2012) ressalta que os impactos que se almejam alcançar por meio da extensão não se referem apenas à transformação da sociedade, mas também, da própria universidade.

Após se referir às diretrizes que devem nortear as ações extensionistas, a PNEU (2012) reafirma que a articulação da extensão universitária com as políticas públicas deve orientar-se pelo enfrentamento à exclusão, vulnerabilidades sociais e a todas as formas de desigualdade e discriminação presentes no âmbito da sociedade.

Para tal, a PNEU (2012) afirma ser imprescindível que estas ações sejam pautadas em três eixos integradores: áreas temáticas, território e grupo populacionais e oito áreas prioritárias: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

O eixo *áreas* temáticas, tem por objetivo orientar as ações de extensão nas oito áreas correspondentes aos focos de política social, a saber: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção e trabalho. Já o eixo *território* “destina-se à promoção da integração, em termos espaciais, das ações extensionistas, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam” (PNEU, 2012, p. 25).

No que se concerne ao eixo *grupos populacionais* visa integrar as ações extensionistas, bem como as políticas públicas com as quais elas se articulam aos grupos populacionais excluídos e àqueles em situação de vulnerabilidade social (PNE, 2012).

Com base no exposto, compreende-se que a PNE (2012) trouxe avanços significativos à organização e sistematização das ações extensionistas, como também representou uma conquista inerente à atuação do FORPROEX.

Nesse sentido, a PNEU (2012) orienta que seja elaborado um sistema de informações e indicadores que permitam a avaliação das ações extensionistas. Segundo a Política, tal Sistema deve ser organizado a partir das seguintes dimensões: *política de gestão; infraestrutura; relação universidade – sociedade; plano acadêmico e produção acadêmica*, todas relacionadas à “importância de se mensurar a contribuição oferecida pelas ações extensionistas para a produção e transmissão do conhecimento e transformação social” (PNEU, 2012, p. 32).

A institucionalização da extensão universitária também passa pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2015-2024), Lei N° 13.005 de 25 de junho de 2014, o qual estabelece como estratégia:

[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programa e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014)

O PNE, decênio 2015-2024, trouxe novidades em relação PNE 2001-2010 ao determinar que o percentual mínimo de créditos curriculares fixado para a extensão universitária seja, necessariamente, atribuído a programas e projetos de extensão.

3.1 A extensão universitária no âmbito da UFVJM

Após contextualizar brevemente a institucionalização da extensão universitária no Brasil, faz-se necessária uma compreensão histórica da extensão no âmbito da UFVJM.

Identifica-se que as ações extensionistas desenvolvidas na UFVJM são regulamentadas, normatizadas e avaliadas de acordo com a Política de Extensão estabelecida na Resolução n°. 06 – Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 17 de abril de 2009.

Tal Política baseia-se no conceito de extensão universitária apresentado pelo Plano Nacional de Extensão (1999), no qual:

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (INEP, 1999).

Nesse entendimento, para a respectiva política de extensão, a extensão universitária permite que a Universidade se perceba parte da sociedade e com esta, estabeleça formas de produção de conhecimentos que sejam sensíveis aos problemas e prioridades de seu entorno, tornando-se assim, uma universidade cidadã.

Dessa forma considera que:

[...] a produção do conhecimento via extensão se faz na troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, que, por sua vez, possibilita a democratização do conhecimento com a participação da comunidade (UFVJM, 2009, p. 3).

Assim, adota o conceito de extensão universitária como:

[...] via de mão dupla em que a comunidade acadêmica elabora na práxis um saber e, no retorno, a universidade, submetida à reflexão teórica, será acrescida do conhecimento acadêmico. Esta dinâmica de troca de saberes acadêmico e popular tem como consequência a produção de conhecimento científico, tecnológico, artístico e filosófico, emanada com a realidade brasileira e regional, portanto, contextualizada. (UFVJM, 2009, p. 3)

A partir de tal percepção, compreende-se que, na UFVJM, a extensão universitária configura-se como um processo dialógico em que os saberes elaborados na práxis acadêmica são acrescidos de reflexões provenientes de seu entorno.

A Política de Extensão da UFVJM (2009) reitera as diretrizes propostas no Plano Nacional de Extensão (1999), enfatizando que as ações extensionistas deverão orientar-se pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto e transformação social; interação social e interdisciplinaridade.

Além disso, apresenta como objetivo geral:

Ampliar e aprofundar as relações entre a UFVJM e outros setores da sociedade, em especial a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, objetivando contribuir com alternativas de transformação da realidade, no sentido da melhoria das condições de vida e do fortalecimento da cidadania. (UFVJM, 2009, p. 6)

Dentre os objetivos específicos ressalta-se:

III. Fomentar o estabelecimento de programas e projetos de extensão vinculados a realidade local, regional e nacional, reconhecendo como ações prioritárias os de caráter local e regional;

VI. Contribuir para o aprimoramento das concepções e práticas curriculares, propondo a inserção das ações extensionistas como componente curricular e integradora da formação profissional e cidadã (UFVJM, 2009, p. 7).

Com o intuito de atingir os objetivos propostos pela Política, as ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UFVJM sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços serão fomentadas pelo Conselho de Extensão e Cultura (COEXC), órgão Consultivo e Deliberativo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura que, de acordo com a Resolução nº. 14 – CONSU, de 3 de agosto de 2012, tem como competência:

- I. Supervisionar o cumprimento das resoluções dos Conselhos Superiores no que se refere à extensão e cultura;
- II. Propor aos Colegiados Superiores as Políticas e Diretrizes para a Extensão e a Cultura;
- III. Propor ao CONSEPE modificações no Regulamento das Ações de Extensão;
- IV. Deliberar sobre a forma de distribuição dos recursos financeiros destinados a extensão e cultura;
- V. Fomentar e promover o desenvolvimento de ações de extensão e cultura nas Unidades Acadêmicas em consonância com as Políticas de Extensão e Cultura;
- VI. Deliberar sobre convênios a serem estabelecidos para a realização de ações de extensão e cultura;
- VII. Analisar e selecionar projetos concorrentes a editais de agências financiadoras externas, quando for o caso;
- VIII. Analisar e selecionar projetos concorrentes a bolsas internas de extensão;
- IX. Instituir um sistema de avaliação da extensão;
- X. Aprovar o Plano de Trabalho e o Relatório de Atividades da PROEXC em cada exercício. (UFVJM, 2012).

Conforme mencionado acima, compete ao COEXC analisar e selecionar os projetos concorrentes a bolsas internas de extensão, exercendo significativa contribuição para o fomento destas ações por meio de Editais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) destinados à oferta de bolsas de extensão a discentes da UFVJM vinculados aos respectivos projetos.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC, localizada no campus JK, Diamantina-MG, tem à frente da gestão das ações desenvolvidas, o Pró-Reitor de Extensão e Cultura que dentre suas atribuições destacam-se as de coordenar e orientar as ações dos órgãos vinculados à PROEXC, bem como trabalhar na elaboração e execução de programas e projetos institucionais, igualmente manter articulações, contínuas e permanentes, com as outras pró-reitorias e os demais órgãos da universidade, para assegurar o aperfeiçoamento, a integração e a eficácia das ações de extensão e cultura.

Conta também, com a Diretoria de Extensão constituída pelo Diretor de Extensão; Coordenadoria de Registro e Acompanhamento (CRA); Coordenadoria de Apoio e Fomento (CAF) e a Assessoria de Extensão (ASE).

Das atribuições do Diretor de Extensão destacam-se: analisar as propostas de ações de extensão; avaliar o relatório de execução das ações de extensão; coordenar o processo de seleção de projetos concorrentes a editais e bolsas de extensão e coordenar a avaliação da extensão.

Quanto à CRA compete-lhe:

- I. Receber e protocolar as propostas de ações de extensão;
- I. Registrar e acompanhar a execução das ações de extensão;
- III. Manter sob controle todas as informações referentes às ações de extensão;
- IV. Emitir certificados e outros documentos comprobatórios da execução das ações de extensão;
- V. Exercer outras atribuições determinadas pelo Diretor de Extensão (UFVJM, 2012).

A respeito das atribuições da CFA, registra-se: manter sob controle o orçamento das ações de extensão, bem como a sua execução; receber e analisar as solicitações de apoio à execução das ações de extensão; buscar e divulgar editais de apoio as ações de extensão; acompanhar e apoiar a tramitação de projetos de extensão junto aos órgãos financiadores externos.

À Assessoria de Extensão compete agilizar e facilitar os procedimentos relacionados à Diretoria de Extensão, nos *campi* localizados fora de Diamantina/Reitoria.

Identifica-se nos Relatórios de Gestão da UFVJM período 2011-2015, que no ano de 2012, a PROEXC avançou nas atividades de promoção à extensão com a criação da Semana de Integração: ensino, pesquisa e extensão (Sintegra), evento que congregou a indissociabilidade da tríade (ensino, pesquisa e extensão) em momentos únicos de compartilhamento de saberes com a presença e participação de mais de 2000 pessoas, entre docentes, discentes e técnicos administrativos.

Com base no relatório analisado, observa-se que no ano de 2012 foram registrados 132 projetos, distribuídos entre as Unidades Acadêmicas, Biblioteca e Pró-Reitoria. No mesmo ano, foram atendidos 106 discentes com bolsas de extensão vinculadas aos projetos contemplados nos editais Pibex 001/2012; 002/2012 e 003/2012.

Em 2013, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) encerrou o ano com 100 projetos em andamento, dentre os 132 registrados no decorrer do ano. O número de discentes atendidos com bolsas permaneceu idêntico ao ano anterior, ou seja, 106 bolsistas. A II Semana de Interação (Sintegra), contou com a apresentação de 1.064 trabalhos acadêmicos, distribuídos pelas áreas temáticas correspondentes.

No ano de 2014, das 231 ações registradas na PROEXC, 134 foram projetos. Desse número, a grande maioria pertencente à área temática Saúde, seguida das áreas: Educação; Tecnologia e Produção e Meio Ambiente. As áreas menos contempladas nos projetos registrados foram: Direitos Humanos e Justiça e Comunicação. A III Semana de Integração: ensino, pesquisa e extensão abordou o tema: “Educação em Rede: universidade pública e formação básica”. Foram registradas 2.400 inscrições e 722 trabalhos apresentados, além da presença e participação de 30 palestrantes externos e 26 palestrantes da própria universidade.

Também no ano de 2014, a PROEXC adotou uma nova forma de organizar os bancos de dados, visando modernizar o sistema e atender às recomendações da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária do FORPROEX. Para a sistematização dos dados foram incluídas as divisões das ações, de acordo com as áreas temáticas da Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

Outra ação relevante da PROEXC no ano de 2014 foi o incentivo e apoio à internacionalização da extensão universitária. No respectivo ano, a Pró-Reitoria a convite do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e da Fundação Restoring Ancient Stabiae (RAS), organização cultural italiana sem fins lucrativos que foi fundada em Washington em 2002, por iniciativa da Universidade de Maryland, como um projeto cooperativo no campo do patrimônio cultural, nascido sob o tratado internacional que liga os Estados Unidos e Itália, realizou visita técnica em Castellamare di Stabia, Itália, para participar de discussões sobre propostas de ações de extensão e cultura envolvendo a Fundação RAS e as universidades brasileiras e italianas.

Ainda sobre a internacionalização, em 2015, a PROEXC participou como parceira no Edital Erasmus Itália – América Latina, promovido pela fundação RAS. O Erasmus Mundus (EM) é um programa de mobilidade criado e financiado pela União Europeia (UE), cujas atividades têm como objetivo promover a excelência da educação superior e pesquisa dos países europeus e ao mesmo tempo reforçar os laços acadêmicos com países de todo o mundo, no edital mencionado, a UFVJM promoveu a oferta de intercâmbio técnico-cultural para até 20 servidores, compreendendo técnicos administrativos e professores.

Afim de compreender o conceito de extensão universitária apresentado na Política de Extensão da UFVJM (2009), ou seja, via de mão dupla, na qual, conforme Melo Neto (2003), pode haver uma possível troca de saberes acadêmico e popular, julga-se pertinente recorrer a autores que trabalham com as concepções de extensão universitária presentes nas instituições universitárias brasileiras.

3.2 Concepções de Extensão Universitária: análise teórica

Em consonância aos objetivos estabelecidos para esta seção, apresenta-se a seguir algumas concepções de extensão universitária que permearam/permeiam as instituições de ensino superior brasileiras.

Para Melo Neto (2003), as várias concepções sobre extensão que chegaram ao país, trouxeram perspectivas de que a universidade deve prestar serviço à sociedade (*via de mão única*); buscar a possibilidade de permutas nas relações universidade e sociedade (*via de mão dupla*); e, ser encarada como um *trabalho social*, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva produzindo conhecimentos que visam a transformação social, uma vez que, para o autor, somente “a partir da realidade humana é possível criar um mundo, também, mais humano” (1996, p. 19).

Segundo Costa (2015), autores como Gurgel (1986) afirmam que a extensão universitária passou por quatro momentos significativos de sua concepção, a saber: transmissão vertical do conhecimento; ação voluntária sócio comunitária; ação comunitária institucional; ação acadêmica institucional. Esta última pode ser considerada como a que mais se identifica com a via de mão dupla, ou seja, uma concepção de extensão democrática, autônoma, na qual se privilegia o diálogo e a troca de saberes sistematizados, sendo, portanto, transformadora e emancipadora.

Para Gurgel (1986), a extensão universitária quando desenvolvida por meio da transmissão vertical do conhecimento, identifica-se como prática de difusão do saber de forma autoritária, ou seja:

O conhecimento é transmitido e não construído pelos atores sociais envolvidos na ação, daí ser transmissão verticalizada, escolhe o que transmitir, como transmitir e desconhece a visão de mundo dos que vão receber [...]. (COSTA, 2015, p. 97).

Logo, este conceito vai ao encontro do equívoco gnosiológico da palavra extensão apresentado por Freire (2011), pois, “educar e educar-se, na prática da liberdade não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta” (FREIRE, 2011, p.25).

Pelo contrário,

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2011, p. 25).

Nesse sentido, a partir do momento em que as práticas extensionistas deixam de ser concebidas como possibilidades de construção de conhecimentos, por meio das relações homem-mundo, tornam-se reprodutoras de uma visão centrada na superioridade do saber universitário, cujas ações caracterizam-se por: levar, transferir, entregar, depositar algo em alguém, que, neste momento, é considerado mero espectador (FREIRE, 2011).

Para Freire (2011) o homem como um ser da ação e da reflexão no mundo em que o cerca é ao mesmo tempo capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga reinsertando-se de forma crítica nesta realidade a partir da apreensão das interrelações que nela se apresentam.

Logo, para o educador a extensão universitária enquanto ato de transferência de saberes/conhecimentos, nada ou quase nada pode/poderá fazer para a aproximação do homem à realidade objetiva.

Diante dessas considerações, compreende-se, a partir da perspectiva de Freire, que a extensão universitária quando desenvolvida de forma estática na qual o outro é considerado apenas como objeto de sua ação, não sendo, portanto, agente de mudança corrobora para a prevalência de ações institucionais em que se estará negando o homem como um ser de decisão (FREIRE, 2011).

Em prosseguimento ao estudo das concepções listadas, Rossana Serrano (sd), em seu texto “Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire” afirma que a extensão universitária quando entendida como ação voluntária sócio comunitária, apresenta uma “interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e desta com a cultura universitária”. Dessa forma, “inicia uma trajetória para transformação da sociedade, transforma-se a si mesma e transforma sua relação com os outros “fazereres” acadêmicos – ensino e pesquisa” (SERRANO, sd, p. 5).

Para a autora, o voluntarismo como momento da extensão universitária, representa, também, tomada de consciência da necessidade de mudanças na forma de atuação das universidades, principalmente de sua relação com a sociedade, uma vez que:

A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1980, p. 26).

Neste sentido, pode-se inferir que o movimento de ação voluntária sócio-comunitária inicia um processo de diálogo entre a universidade e a sociedade, sendo que este diálogo torna-se, de acordo com Serrano (sd), princípio de trabalho da extensão universitária, no reconhecimento da capacidade do indivíduo construir relações com outros e com o mundo.

Quanto à extensão universitária como ação comunitária institucional, evidencia-se que esta concepção teve origem a partir de críticas à institucionalização das ações extensionistas estabelecida no Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, o qual caracteriza a extensão como via de “mão única” onde a universidade, por meio de cursos e conferências, estende o conhecimento acadêmico de forma manipuladora e messiânica à comunidade. (SERRANO, sd).

Dessa maneira, a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, passou a possibilitar vivências extensionistas aos estudantes universitários por meio da troca de experiências com a comunidade, objetivando com que os mesmos compreendessem a vida social brasileira. Para Nogueira (2001), a maior contribuição da UNE foi “a metodologia de trabalho utilizada, que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas” (p. 59).

Assim, o movimento de ação extensionista comunitária institucional,

[...] tinha o vício de não ser vinculada as universidades e sua prática sócio-comunitaria não era sistemática, nem sistêmica, os estudantes eram levados a conhecer apenas parte da realidade trabalhada e não estabeleciam vínculos permanentes com o local. (SERRANO, sd, p.8).

Tal movimento se materializa nos Projetos Rondon e CRUTAC já descritos anteriormente.

O modelo acadêmico institucional, inicia-se por colocar a extensão universitária no campo acadêmico, considerando-a como processo educativo, científico, por meio do qual se produz conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade e vice-versa (SERRANO, sd). Tal concepção está alicerçada na troca de saberes, popular e acadêmico, na qual se produz o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade social do seu entorno.

Nessa perspectiva, este conceito:

[...] apresenta uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social (SERRANO, sd, p. 11).

Assim, conforme Serrano (sd), revela-se como uma concepção significativamente freiriana, na qual encontramos a relação dialética, a sistematicidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, a apropriação do conhecimento pelo outro com liberdade para transformá-lo.

Na crítica aos conceitos apresentados, Melo Neto (2003) nos apresenta outras possibilidades do desenvolvimento de atividades extensionistas que vão além da via de mão única e da via de mão dupla. Tais possibilidades manifestam-se por meio da definição de novos caminhos entre o institucional e a sociedade, nos quais se estabeleçam conceitos de extensão com sua respectiva correspondência prática, visando, conforme orienta Pinto (1986), a superação do estudo ocioso, tão presente no meio universitário, da cultura alienada. Enfim, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa.

Para o autor, a concepção de extensão universitária como via de mão dupla, apesar de considerar a possível troca, instituição/povo/instituição, quando ocorre, efetiva-se por meio de um conhecimento já estabelecido, ou seja, reserva para a universidade um papel de transmissão do saber e dos métodos de ensino e pesquisa, mesmo que de alguma forma revele preocupação com as “necessidades e fins sociais”.

Nesse sentido, é premente a busca por um conceito de extensão voltado à perspectiva da produção do conhecimento para a atual *sociedade do conhecimento*, no qual a atividade extensionista passa a ser interpretada como “a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos” (INEP, 1999, p. 5).

De acordo com esse entendimento, a extensão pode “ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visam a transformação social” (INEP, 1999, p. 8).

Para fins de conceituação do trabalho em Marx (1982) descreve tratar-se de:

[...] um processo entre o ser humano e a natureza, um processo em que o ser humano, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, com uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2004, p. 36).

Assim, compreende-se que na perspectiva do autor, o trabalho é um componente indispensável da vida humana, sendo, portanto, meio pelo qual o homem planeja previamente

suas ações no intuito de tornar sua própria vida mais significativa e ao mesmo tempo possibilitar condições para a sua existência.

Desse modo, na visão marxista, a formação do ser humano, enquanto ser social perpassa pelo princípio elementar da necessidade de se estar em condição de poder viver, sobreviver e, assim, fazer história.

A partir desse ponto de vista, a extensão se volta à produção do conhecimento novo, dando um papel também social a esse “produto” da ação extensionista, o qual pode-se definir como *conhecimento para transformação social*, trabalho expresso como conhecimento que se presta a efetivação dessa possibilidade, além de ser constituído a partir da realidade humana, uma vez que “só com ela é possível criar-se um mundo, também, mais humano” (MELO NETO, 2003, p.3).

Extensão é assim:

[...] um trabalho social útil sobre a realidade, realizando-se como processo dialético de teoria e prática dos envoltos nesse trabalho, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. (MELO NETO, 2003, p. 3).

Portanto, a extensão universitária como trabalho social, será, necessariamente, geradora de cultura, esta compreendida, a partir da perspectiva de Canclini (1987) como instrumento para o desenvolvimento político e social, uma vez que este trabalho provoca uma relação biunívoca, para onde os participantes da universidade, demais instituições e comunidade confluem (MELO NETO, 2003).

Ainda sobre cultura, Canclini (1987) afirma ser possível ver a cultura “como parte de la socialización de las classes y los grupos em la formación de las concepciones políticas y em el estilo que la sociedade adopta em diferentes líneas de desarrollo” (p. 25).

Assim sendo, a cultura torna-se instrumento para o desenvolvimento político e social, contribuindo de alguma forma para a transformação social.

Desse modo, na compreensão de Melo Neto (2003) a extensão realiza-se sobre a realidade objetiva, tornando-se um trabalho de busca do objeto, tanto para a pesquisa como para o ensino, o que reflete em uma possibilidade concreta de superação da própria pesquisa e ensino, realizados, com frequência, fora da realidade objetiva.

Por consequência, possibilita um novo agir sobre a realidade, gerando conhecimento novo na direção das necessárias transformações – a superação de todo e qualquer processo de exclusão promotor de injustiças (MELO NETO, 2003).

Em síntese, esta é a concepção que se elege para este estudo no sentido de compreender de que modo os projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, selecionados para esta investigação têm possibilitado a produção de novos conhecimentos por meio da inserção social dos atores neles envolvidos.

Concepção que vai ao encontro às ideias apresentadas por Paulo Freire em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, no qual sugere-se o uso da palavra comunicação, uma vez que, para o autor, a palavra extensão, naquele momento, estava sendo compreendida como simples prática de estender conhecimento aos camponeses e, a comunicação como prática favorável à superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, ingenuidade refletida nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos (FREIRE, 2011).

Colaborando com o estudo sobre as formas pelas quais a extensão universitária se materializa no contexto das instituições de ensino superior brasileiras, Silva (2000), nos apresenta três concepções, a saber: tradicional/funcionalista, crítica e processual, todas, na visão da autora, mais do que refletirem sobre a extensão na sua especificidade, revelam concepções de universidade.

Na perspectiva funcionalista, a extensão é vista como prática acadêmica autônoma, ou seja, desarticulada do ensino e da pesquisa. Baseia-se no atendimento das carências/necessidades da população, com ações esporádicas, eventuais e secundárias, traduzindo-se numa perspectiva a-política e assistencialista (SILVA, 2000).

A concepção processual entende como papel da extensão universitária estabelecer o compromisso social da universidade. Dessa forma, tem-se a institucionalização da extensão na organização universitária, propondo-se a superação da visão fragmentária das ações extensionistas e a articulação com o ensino e a pesquisa. Nesse entendimento, a extensão adquire espaço próprio nas instituições de ensino superior (coordenação, pró-reitora, etc.), justificando-se tal aparato como estratégia de garantir com que as necessidades sociais sejam representadas nas ações institucionais.

Na concepção crítica, a extensão universitária passa a ser entendida como matéria de currículo, intrinsecamente ligada ao ensino e a pesquisa. Compreensão que defende a efetivação das ações extensionistas somente por meio dessas funções, ou seja, a extensão não possui vida própria, tampouco autonomia. Nessa concepção, a extensão se transforma em ensino e pesquisa exigindo que tanto o ensino como a pesquisa sejam comprometidos com a realidade e que o conhecimento produzido seja inserido e contextualizado nesta realidade (SILVA, 2000).

Considera-se pertinente, também, recorrer às concepções de extensão universitária apresentadas nos estudos de Reis (1998). Segundo o autor, há duas linhas de atuação extensionista no Brasil, a saber, *eventista-inorgânica e processual-orgânica*.

A linha de ação eventista-inorgânica tem como característica a prestação de serviços ou a realização de eventos, ambos desvinculados do processo ensino e aprendizagem. Para autor, nesta concepção, a universidade é compreendida como “locus” do saber e a extensão universitária materializada por meio da disseminação do saber sob a forma de: conhecimento (cursos, seminários, conferências); cultura (apresentação de peças teatrais, orquestras, grupos folclóricos); prestação de serviços (na área da saúde, educação, assistência técnica, jurídica, administrativa, dentre outras).

Na perspectiva orgânica-processual a universidade produz e forma o aluno simultaneamente em parceria com a comunidade, numa dimensão mutuamente transformante. A sociedade de “periférica epistemológico-política” passa a ser considerada “parceira epistemológica e pedagógica”, co-participante na formação do profissional e na geração do conhecimento.

A partir das leituras realizadas identifica-se que a extensão universitária desenvolve-se por meio de diferentes perspectivas, compreendendo desde ações em que o saber universitário torna-se predominante frente ao saber popular, concretizando-se a partir da transmissão vertical do conhecimento, como também, momentos em que a universidade abre-se para diálogo, visando construir relações com a comunidade e a partir dessas relações contribuir para a superação das dificuldades/necessidades sociais de seu entorno.

Percebe-se, também, a existência de uma concepção de extensão universitária mais condizente com a sociedade do século XXI, na qual o saber é produzido de forma articulada com o ensino e a pesquisa e, o contexto social local/regional, fator de impacto para os questionamentos deste saber.

Nesta seção, buscou-se a contextualização e institucionalização da extensão universitária no Brasil, relacionando os referenciais legais que abordam esta prática acadêmica, assim como a compreensão de suas concepções teóricas apresentadas nas pesquisas que abordam a temática, igualmente no âmbito da UFVJM.

De tal modo, entende-se a partir dos referenciais teóricos elencados ao longo do texto, que a extensão universitária, como prática acadêmica, tem se apresentado por meio de diferentes ações, dentre elas, forma pela qual a universidade cumpre sua função social, oferta cursos, conferências, prestação de serviços, assistência, dentre outras.

Neste sentido, propõe-se na próxima seção, uma análise da concepção de extensão universitária presente no universo de projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, contemplados na pesquisa, de forma a possibilitar reflexões acerca da extensão universitária no contexto da formação destes profissionais.

4 OS PROJETOS DE EXTENSÃO NA UFVJM: PERCEPÇÕES

Rejeitar, em qualquer nível, a problematização dialógica é insistir num injustificável pessimismo em relação aos homens e à vida. É cair na prática depositante de um falso saber que, anestesiando o espírito crítico, serve à “domesticação” dos homens e instrumentaliza a invasão cultural (FREIRE, 2011, p. 55).

Esta seção tem por objetivo evidenciar as concepções de extensão universitária presentes no universo dos projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM ofertados na cidade de Diamantia-MG, elencados para análise e estudo nesta investigação, bem como, as demandas, os fatores que impulsionaram a origem dos mesmos, relacionando estas ações extensionistas, os projetos, com os princípios doutrinários do SUS.

Pretende, também, analisar, a partir das ações descritas nos projetos, de que modo ocorre/ocorrerá a atuação dos participantes, ou melhor, como a extensão está prevista nestes projetos e por meio de quais ações a relação universidade e sociedade é definida, descrita.

A análise e discussão abarcará o estudo das categorias “*concepção de extensão*”; “*princípios norteadores do SUS*”; “*articulação das propostas de ações descritas nos projetos como a concepção de extensão e com os princípios norteadores do SUS*”, de forma independente nos respectivos projetos.

4.1 Categoria: concepção de extensão

Projeto A

Para auxiliar a análise de conteúdo proposta foi preciso recorrer aos formulários norteadores dos registros das ações extensionistas estabelecidos pela Pró-Reitoria de Extensão da UFVJM, a saber: Formulário para Registro de Ações Extensionistas; Edital de Regulamentação da seleção PIBEX; Roteiro para Projeto de Extensão; Formulário de Registro do Bolsista; Roteiro para Relatório Parcial/Final.

O Projeto A traz, a partir de seus objetivos e ações, uma concepção de extensão universitária que visa auxiliar as políticas públicas de promoção e prevenção à saúde, por meio da prestação de serviços a uma comunidade específica que, segundo a justificativa apontada no projeto, requer cuidados e orientações por parte de seus familiares no que se refere aos hábitos de higiene e alimentação condizentes à melhoria da qualidade de vida.

Percebe-se que tal projeto originou-se de demandas identificadas em estudos relacionados à temática abordada. Dessa forma, englobou ações que foram pensadas no

ambiente acadêmico para serem praticadas no seu entorno. Tais práticas desenvolvidas em sua totalidade por discentes de cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e pós-doutorado), evidenciando assim, ausência da participação do(a) docente coordenador(a) do projeto na execução das atividades propostas junto à comunidade.

Entende-se portanto, a partir das definições apresentadas por Melo Neto (2003) e Nogueira (2005), que a extensão universitária no Projeto A é compreendida como meio pelo qual os discentes da graduação e pós-graduação tem a oportunidade de ampliar o universo de prática das técnicas profissionais trabalhadas no contexto acadêmico, além de contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade, indo ao encontro do que foi estabelecido no artigo 40 da Lei nº 5.540 de 1968: “[...] as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (MEC, 1968).

A partir dessa compreensão, infere-se que o projeto se relaciona com a concepção de extensão como via de mão única, porém, vale destacar avanços no sentido de elencar dentre seus objetivos específicos a integração de diversos cursos de saúde, oportunizando a prática da diretriz estabelecida na PNEU (2012), interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a qual defende que a combinação de especialização e visão holística pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

Nesse sentido identifica-se, a partir da leitura e análise do Relatório Final do projeto, que a extensão apesar de se efetivar como experiência não intrinsecamente relacionada às práticas de ensino e pesquisa, favoreceu o atendimento, orientação e tratamento de mais de 150 famílias diretamente beneficiadas.

Projeto B

No Projeto B, identifica-se, a percepção por parte da coordenação e equipe de participantes, quanto à viabilidade da associação dos conhecimentos e práticas da população local na promoção e prevenção da saúde.

De acordo com o texto apresentado na introdução do projeto há estudos que tem elencado ausência de ações educacionais em saúde que “procurem interagir com a população

em busca de detectar e relatar as reais dificuldades enfrentadas por elas” (Projeto B, 2012, p. 2) o que, para os autores, dificulta a obtenção da melhoria da qualidade de vida.

Ainda no trecho introdutório do projeto, tem-se o entendimento de que: “[...] abordagens que considerem os conhecimentos locais, hábitos de vida e culturas tradicionais do ponto de vista da saúde são necessárias na busca do empoderamento da população de forma a obter resultados duradouros para prevenção e controle de doenças”. (PROJETO B, 2012, p. 3).

Fica claro também, esse entendimento nos objetivos e ações propostas, além da perspectiva de que se faz necessário mobilizar os serviços de saúde e a comunidade local para enfrentamento da problemática ressaltada. Por isso, há o reconhecimento da possibilidade da extensão universitária promover a troca de conhecimentos entre universidade e sociedade, bem como viabilizar o cumprimento do papel social das instituições públicas de ensino superior.

Dessa maneira, o projeto se enquadra na perspectiva de extensão universitária como via de mão dupla, já que esta busca o debate junto à comunidade dos problemas encontrados e as possíveis formas de solucioná-los.

No que se refere às ações propostas, estas estão elencadas em conformidade com estudos realizados anteriormente sobre a população e comunidade alvo de tais atividades, ou seja, o projeto respaldou-se em uma demanda identificada por meio de atividades de pesquisa e se efetivou a partir da leitura e compreensão das necessidades evidenciadas.

As ações buscaram também, desenvolver a diretriz estabelecida na PNEU (2012) impacto e transformação social, a qual reafirma a extensão universitária como:

[...] mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. (PNEU, 2012, p. 20).

Além da diretriz mencionada acima, nota-se a presença da diretriz interdisciplinaridade pelo fato de o projeto ser constituído por uma equipe interdisciplinar envolvendo áreas de saúde e ciências sociais, com a participação direta da Associação Comunitária local.

Vale mencionar que no Projeto B está descrito que todas as atividades foram acompanhadas pelo(a) orientador(a)/coordenador(a) sendo de responsabilidade destes a instrução e treinamento dos participantes.

A partir da perspectiva de mão dupla, a extensão, como via de interação entre universidade e sociedade, se constitui como elemento capaz de operacionalizar a teoria com a

prática, estabelecendo mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular. (NOGUEIRA, 2005).

Projeto C

Observa-se que em relação ao Projeto C obteve-se acesso ao formulário simplificado utilizado para registro de projetos de extensão.

A partir da análise dos objetivos e atividades propostas, evidencia-se a relação das ações elencadas com as políticas públicas de promoção e prevenção da saúde, já que apresentam como finalidade a melhoria da qualidade de vida e o restabelecimento da saúde por meio do desenvolvimento integral dos indivíduos participantes.

As atividades sugeridas, bem como o público alvo são bem específicos, traduzindo-se em ações complementares (lúdicas) para usuários e familiares atendidos em uma Unidade de Saúde do município de Diamantina.

Infere-se que o Projeto C adota a concepção de extensão como via de mão única, cuja principal função é estabelecer elos entre o corpo discente e a sociedade. Sendo que as práticas apresentadas viabilizam o entendimento, por parte do futuro profissional, das teorias trabalhadas no meio acadêmico, além de, suscitar vivências em possíveis espaços de atuação profissional. No entanto, observa-se ausência de diálogo com o público beneficiário no que se refere ao levantamento das atividades a serem executadas, bem como carência da participação do(a) docente coordenador(a) do projeto nas ações previstas.

Neste projeto analisou-se, também, o Relatório Final o qual demonstra a relação das ações desenvolvidas com disciplinas do curso, igualmente com estudos teóricos.

Em suma, compreende-se que o projeto foi pensado na universidade para ser desenvolvido para e na comunidade, esta, percebida como campo de atuação de discentes para a percepção de condições clínicas de usuários, cujas limitações implicam no desenvolvimento de suas aprendizagens/habilidades.

Projeto D

No que se refere à documentação referente ao Projeto D, obteve-se acesso ao Formulário simplificado utilizado para inscrição dessa classificação de ação extensionista,

igualmente o Relatório Parcial das atividades desenvolvidas. Salienta-se que o formulário apresenta de forma reduzida as informações pertinentes ao projeto proposto.

Tal projeto, versa sobre atividades de promoção e desenvolvimento de técnicas e metodologias de ensino específicas para o público alvo, além de favorecer a experiência acadêmica de graduandos com esse segmento da população. Conforme descrito no Relatório Parcial, os discentes tiveram a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos no decorrer da graduação, elaborando os planos de atividades, vivenciando a prática do atendimento ao público beneficiário e fazendo discussão das atividades e avaliação para adequações necessárias.

Identificou-se, também, no Relatório Parcial a busca pelo desenvolvimento das diretrizes apresentadas na PNEU (2012), impacto e transformação social e impacto na formação do estudante. No que se refere ao impacto e transformação social, a avaliação se fez por meio da observação e retorno dos familiares dos participantes do projeto. Quanto ao impacto na formação do estudante, coube ao coordenador observar o envolvimento dos mesmos e a satisfação que demonstravam na execução das ações propostas.

Segundo a PNEU (2012) a diretriz impacto e transformação social configura-se a partir das seguintes características: privilegiamento de questões sobre as quais se deve atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; abrangência, de forma que a ação ou conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor, ou comunidade sobre as quais incide e efetividade na solução de problemas.

Quanto a diretriz impacto na formação do estudante a PNEU (2012) define que as atividades de extensão universitária “constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam” (FORPROEX, 2012, p. 19).

Dessa forma, o projeto compreende a extensão universitária como via de mão dupla, por meio da qual o bolsista se torna elo entre comunidade, discentes e coordenador, proporcionando e se beneficiando de aprendizados resultantes da troca de experiências.

Percebe-se que o Projeto D foi resultado de demandas departamentais que objetivaram ir de encontro às necessidades sociais do público beneficiário. Contou com a participação de um bolsista Pibex e de vinte oito discentes monitores voluntários, oriundos de dois cursos de graduação em saúde. A orientação das atividades desenvolvidas com a periodicidade de duas vezes por semana ficou a cargo do(a) professor(a) coordenador e do bolsista Pibex, responsáveis pela execução do projeto e suporte aos voluntários.

Projeto E

A análise do Projeto E, foi realizada a partir do Formulário Simplificado de Registro de Projetos de Extensão, disponibilizado pela Proexc.

Identifica-se que o projeto teve como objetivo orientar e capacitar o público alvo quanto a procedimentos de assistência inicial a eventuais incidentes que ocorrem nos seus respectivos ambientes de trabalho.

Dessa maneira propôs como ação a ser executada, a oferta de curso de capacitação, envolvendo aulas teóricas e práticas, como simulações e realização de técnicas corretas de procedimentos de Primeiros Socorros.

Vale destacar que a ação proposta partiu de evidências relacionadas à prevalência de tais incidentes no campo de trabalho do público alvo da capacitação. Infere-se, portanto, que a prática da extensão universitária ocorreu por demandas identificadas no meio social.

A partir da análise realizada, julga-se que o Projeto E, adota a concepção de extensão universitária como via de mão dupla, na qual registra-se o diálogo com os participantes e a inserção dos mesmos na organização e avaliação das ações propostas, como também, envolvimento dos discentes com as questões inerentes à realidade da saúde pública local/regional.

Projeto F

A análise do Projeto F estruturou-se a partir do Relatório Simplificado de Registro de Projetos de Extensão, disponibilizado pela Pró-Reitoria, bem como das informações lançadas no Relatório Final da ação extensionista.

Dentre os objetivos apresentados evidencia-se a interlocução com as políticas públicas de saúde locais/regionais; igualmente o acompanhamento da evolução do quadro clínico dos usuários atendidos. Objetiva-se, também, a utilização de equipamentos laboratoriais da UFVJM, numa estratégia de cooperação entre a universidade e a unidade de saúde considerada referência para o atendimento de usuários acometidos por tais enfermidades.

Observa-se que o projeto originou da interpretação da realidade local e suas respectivas carências no que se refere à junção do tratamento clínico com práticas de atividades complementares favorecedoras da melhoria da saúde física, emocional e conseqüentemente, da qualidade de vida do público atendido.

Pode-se inferir que o Projeto F adota a concepção de extensão universitária como via de mão dupla, pois busca a interlocução das ações viabilizadas no contexto acadêmico com as necessidades sociais.

No relatório final consta a informação de que a prática proposta e desenvolvida ao longo do período de vigência do Projeto relaciona-se diretamente com a melhoria funcional e aumento da sobrevivência da população participante, o que deixa explícito a importância da implementação de ações extensionistas de rápida execução, baixo custo e poucas contraindicações no processo de conquista de um estilo de vida mais saudável.

Projeto G

A análise proposta realizar-se-á a partir das informações descritas no Relatório Simplificado de Registro de Projetos de Extensão, disponibilizado pela Proexc.

Constata-se que o Projeto G tem como objetivo desenvolver ações educativas voltadas para o processo de enfrentamento das dificuldades relacionadas à percepção corporal, bem como à conscientização do público alvo, no que se refere aos comportamentos de riscos que envolvem a fase de desenvolvimento humano objeto de estudo das atividades propostas. Busca também, envolver os familiares nas discussões e dinâmicas sugeridas com o intuito de auxiliar na melhoria do diálogo entre os participantes e seus responsáveis.

Além da realização de dinâmicas, pretende desenvolver grupos operativos e atividades recreativas que, conforme informações do projeto, serão avaliadas pelos participantes diariamente após sua execução.

Observa-se que o projeto originou-se de estudos teóricos que versam sobre a temática trabalhada, igualmente da identificação da ausência de tais discussões no lócus de desenvolvimento da ação extensionista.

A partir das atividades elencadas, evidencia-se o interesse em estabelecer elos entre a comunidade e a universidade, numa perspectiva de que este diálogo entre o conhecimento popular e científico seja de grande valia para os acadêmicos e participantes do projeto.

Nesse sentido assume a concepção de extensão universitária como via de mão dupla, na qual os acadêmicos vivenciarão experiências de contextualização entre teoria e prática em ações comunitárias.

Projeto H

O Projeto H objetiva fornecer educação em saúde a usuários acometidos por doenças relacionadas ao comprometimento das vias respiratórias.

Nessa perspectiva pretende explorar a área educativa, envolvendo o estudo da etiologia, incidência, sinais e sintomas, bem como o ensino de técnicas que diminuem o gasto energético durante atividades de vida diária; e de exercícios respiratórios que podem ser realizados pelos participantes em domicílio, auxiliando no manejo da doença e reduzindo os prejuízos na qualidade de vida e demais aspectos físico-funcionais, emocionais e sociais.

Visando atingir tais objetivos, propõe desenvolver palestras de caráter informativo, além de elaboração de cartilhas e folders explicativos.

O projeto originou a partir de levantamento prévio do número de pessoas acometidas pela doença atendidas nas Unidades de Estratégias de Saúde da Família (ESF) e/ou em centros comunitários ligados às ESF da cidade de Diamantina.

A equipe executora contou com a participação de quatro discentes da graduação de um curso da área da saúde da UFVJM, e duas discentes de Programas de Pós-graduação, mestrado e doutorado.

A primeira etapa do projeto teve por finalidade a realização de reuniões entre os integrantes para a definição do roteiro do programa de educação, montagem das dinâmicas em grupo, organização das aulas expositivas e confecção de banners e cartilhas que foram distribuídas nos grupos, bem como treinamento e definição da função de cada um no desenvolvimento das ações propostas.

A segunda etapa consiste na avaliação dos indivíduos participantes por meio de formulário com perguntas relacionadas à doença e aspectos físicos. O projeto conta com três encontros para cada grupo de participantes; o primeiro realizado a partir de aula explicativa com foco na definição da doença, sintomas, tratamento e técnicas de economia de energia; no segundo pretende-se distribuir cartilhas explicativas sobre exercícios a serem realizados em casa concomitante com a demonstração de exercícios respiratórios. O terceiro prevê a realização de dinâmicas e reavaliação dos participantes.

Como terceira etapa, o projeto estabelece a realização da avaliação das etapas anteriores por parte dos participantes a partir de um questionário elaborado pela equipe que abordará temas relacionados aos conhecimentos da doença, seus sintomas, fatores de risco, prevenção e tratamento, bem como quanto à sintomatologia dos pacientes para realizar as atividades de vida diária.

Infere-se que o Projeto H adota a concepção de extensão universitária como via de mão dupla com a inserção de discentes na realidade da saúde pública local, objetivando o

enfrentamento de dificuldades evidenciadas a partir do diálogo com a comunidade e da troca de saberes acadêmicos e popular.

4.2 Categoria: princípios norteadores do SUS

Para a análise desta categoria compreende-se como princípios norteadores do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

No que se refere ao princípio da universalidade, inscrito no texto constitucional de 1988, corrobora-se com Noronha *et al.* (2013) quando o autor afirma que a partir do princípio da universalidade da saúde o sistema brasileiro prescreve o rompimento do padrão anterior de políticas públicas segmentadas, para se tornar público, universal e igualitário, indo de encontro a uma política pública inclusiva.

Sobre equidade, pensa-se, tratar de um princípio de justiça normativa, que indica necessária implementação para tornar-se referencial como política de direitos.

Quanto ao princípio da integralidade, relaciona-se aos diversos aspectos que podem levar o indivíduo ou a coletividade a ter saúde ou a ficar doente, proporcionando as dimensões da promoção, proteção, cura e reabilitação das pessoas e do coletivo (VASCONCELOS, PASCHE, 2006).

A partir dessa perspectiva realizou-se análises dos projetos.

Projeto A

No Projeto A identifica-se a presença do princípio da universalidade quando menciona que a ação extensionista proposta permite maior acesso à promoção e atenção à saúde do público beneficiário.

De acordo com Mattos (2009), o princípio da universalidade reconhece com absoluta clareza a obrigação do Estado em promover políticas econômicas e sociais para garantir o acesso universal às ações e serviços de saúde, sendo que:

[...] este princípio da universalidade do acesso aos serviços de saúde (permitam-me designá-lo assim para evitar confusão com a idéia mais ampla de universalidade) tem, por trás dele, uma tese ético-política: não é justo que alguém seja privado do acesso às ações e serviços de saúde dos quais necessite pelo simples fato de não ter renda. Cabe ao Estado garantir essa tese. (MATTOS, 2009, p. 777).

Nesse sentido, ao elencar a importância deste princípio o projeto reconhece o papel social da universidade enquanto promotora de ações que visam a melhoria das políticas públicas de saúde locais/regionais.

Identifica-se também, a presença dos princípios da equidade e integralidade, estes associados à viabilização do atendimento dos grupos de participantes por meio de ações específicas que procuram promover a assistência de forma integral.

Projeto B

O Projeto B desenvolve o princípio da universalidade ao ter como objetivo o atendimento de todos os indivíduos, membros da comunidade público alvo da ação proposta, que tenham de alguma forma, relação direta com a enfermidade estudada.

Quanto ao princípio da equidade, propõe o estudo da caracterização ambiental da comunidade, afim de possibilitar uma leitura ampla da realidade e de suas possíveis necessidades de intervenção, viabilizando a realização de ações que atendam as particularidades dos grupos participantes, uma vez que as ações necessitam se adequar ao perfil epidemiológico destas populações e as particularidades do seu modo de vida. (TOLEDO *et al.*, 2009).

No que se refere ao princípio da integralidade, reconhece que para o enfrentamento das doenças identificadas e melhoria da qualidade de vida da respectiva população, faz-se necessário abordagens que considerem, do ponto de vista da saúde, os conhecimentos locais, hábitos de vida e culturas tradicionais. Nessa perspectiva, reconhece o indivíduo/participante como um ser complexo, que possui vivências, experiências que podem estar diretamente ou indiretamente relacionadas aos diagnósticos apresentados.

Projeto C

Quanto ao projeto C não foi possível identificar, igualmente inferir a presença dos princípios norteadores do SUS nas atividades propostas.

Ressalta-se que tais atividades tiveram por objetivo, em sua maioria, o trabalho com o lúdico e com pinturas e colagens, buscando a superação do tempo ocioso dos participantes e familiares.

Projeto D

Dentre os princípios norteadores do SUS, identifica-se no Projeto D a presença do princípio da integralidade.

Trata-se de uma ação extensionista que objetiva a promoção da saúde para um público específico, considerando seu desenvolvimento neuropsicomotor e ao mesmo tempo reforçando a relação entre pais e filhos.

Dessa forma, as atividades previstas no projeto estão para além da simples prática de técnicas e metodologias de ensino, alcançando uma visão mais ampla do processo de desenvolvimento infantil/humano, compreendendo três eixos integradores, a saber: afetivo e contato; brincadeiras e jogos; estímulos aquáticos (FIGUEIREDO, 2011).

Projeto E

Na capacitação proposta pelo Projeto E não foi identificada a presença dos princípios norteadores do SUS.

Projeto F

O Projeto F contempla o princípio da universalidade ao proporcionar acesso a todos os usuários, atendidos no *locus* de execução da ação extensionista, envolvidos em tratamento correlacionado à enfermidade em tela, desde que o respectivo tratamento ocorra por um período superior a três meses e a idade seja acima de 18 anos.

Quanto ao princípio da equidade, objetiva elaborar um plano estratégico para prevenção, individualizado, para os usuários em tratamento na Unidade Básica de Saúde, possibilitando que cada indivíduo possa avaliar seu desempenho relacionado à capacidade funcional.

Pela análise realizada observa-se a inexistência do princípio da integralidade.

Projeto G

As ações propostas no Projeto G contemplam o princípio da universalidade. O projeto objetiva desenvolver ações educativas sobre a temática abordada com o reconhecimento de que tais ações tendem a ter sucesso em sua execução a partir da viabilização da participação de familiares, bem como de profissionais do setor envolvido. Nesse sentido, teve-se a

preocupação de relacionar práticas que possibilitassem e incentivassem a mobilização/sensibilização dessas pessoas.

Infere-se também, a presença do princípio da equidade, uma vez que o projeto busca, por meio de suas ações, oportunizar acesso a informações e discussões sobre a temática abordada a um público de vulnerabilidade, pensa-se com acesso restrito a essas orientações, seja pela situação social, seja pela ocorrência e prevalência de outros entraves.

Quanto ao princípio da integralidade, o projeto não apresentou informações suficientes para a inferência de sua presença.

Projeto H

No projeto H identifica-se a presença dos três princípios norteadores do SUS: universalidade, equidade e integralidade.

No que se refere ao princípio da universalidade propôs fornecer educação em saúde a indivíduos acometidos por doença pulmonar atendidos nas Estratégias de Saúde da Família (ESF) e/ou centros comunitários ligados às ESF da cidade de Diamantina, ou seja, realizou-se estudo anterior com o levantamento do número de pessoas que seriam beneficiadas e buscou-se por meio das ações propostas atender tal demanda.

O princípio da equidade está elencado nas propostas de ações que envolvem o estudo do impacto da doença na vida dos participantes, igualmente do quadro de incapacidade física e psicológica dos mesmos, objetivando a inserção do usuário em programas reabilitativos (educacional, físico, nutricional, psicológico), afim de que suas especificidades sejam trabalhadas no sentido de promover a independência funcional e social.

A respeito do princípio da integralidade ressalta-se que o modelo apresentado de educação em saúde pretende explorar a área educativa por meio do estudo da definição, etiologia, incidência, sinais e sintomas, além do ensino de técnicas que diminuam o gasto energético durante atividades da vida diária dos participantes, ou seja, por se tratar de uma enfermidade multisistêmica, reconhece-se a importância do tratamento estar associado a atividades complementares que proporcionem a atuação multiprofissional, em prol da melhoria da qualidade de vida dos usuários.

4.3 Categoria: articulação das propostas de ações descritas nos projetos com a concepção de extensão e com os princípios norteadores do SUS

Quanto à análise da categoria em tela pode-se identificar nos projetos denominados de A até H que a mesma apresenta-se da seguinte maneira:

No *Projeto A*, tem-se a articulação entre as ações descritas e a concepção de extensão universitária adotada pelo projeto, igualmente associação com os princípios da universalidade, equidade e integralidade.

O *Projeto B* visa problematizar e promover ações de prevenção e promoção da saúde, associando conhecimento e práticas da população local às atividades de prevenção da enfermidade trabalhada. Neste sentido, as atividades propostas estabelecem articulação com a concepção de extensão universitária defendida (via de mão dupla), como também com os princípios norteadores do SUS.

Ao realizar a análise do *Projeto C* observa-se que a extensão universitária é compreendida como via de mão única, sendo diretamente articulada com as ações propostas (jogos, brincadeiras, exercícios físicos e palestras). No respectivo projeto, constata-se ausência dos princípios norteadores do SUS.

No que se refere ao *Projeto D* as ações previstas asseguram a articulação com o princípio da integralidade, igualmente com a concepção de extensão universitária adotada (via de mão dupla), na qual os discentes além de colocar em prática os conhecimentos vivenciados ao longo da graduação, buscam, por meio da interação com o público beneficiário a avaliação dos impactos e transformações sociais possibilitados, bem como a necessidade de possíveis adequações.

No *Projeto E* não foi constatada a presença dos princípios da universalidade, equidade e integralidade. Quanto à articulação das ações previstas com a concepção de extensão adotada (via de mão dupla), identifica-se o esforço em promover a troca de saberes entre os integrantes do projeto e os participantes externos.

As ações descritas no *Projeto F* articulam-se apenas com os princípios da universalidade e equidade, uma vez que se constata ausência do princípio da integralidade. No que diz respeito à articulação com a concepção de extensão universitária (via de mão dupla), possibilitam, reflexões coletivas entre os acadêmicos e público beneficiário quanto às orientações específicas para os aspectos avaliados.

O *Projeto G* articula-se apenas com os princípios da universalidade e equidade, não há, nas ações descritas, presença do princípio da integralidade. A partir da concepção de extensão como via de mão dupla, propõe o desenvolvimento de atividades educativas que têm como foco a orientação e sensibilização da comunidade no que tange ao conhecimento da temática, por meio do diálogo entre os saberes, popular e acadêmico.

A proposta de educação em saúde prevista no *Projeto H* estabelece articulação com os princípios da universalidade, equidade e integralidade. Observa-se que tal proposta, de acordo com o descrito no projeto, visa auxiliar o público alvo a ter maior participação no tratamento da doença, bem como compreender as alterações físicas e psicológicas decorrentes da mesma, ensinando-os a lidar com o tratamento, igualmente com os agravos oriundos dos avanços da enfermidade em estudo. No que se refere à articulação com a concepção de extensão adotada (via de mão dupla), identifica-se o vínculo das ações propostas com a formação do discente e com o aprofundamento dos estudos sobre a temática, vínculo, este, diretamente associado com o diálogo entre a universidade e a população em estudo.

Com base no exposto, esta seção teve o intuito de evidenciar a concepção de extensão universitária presente nos projetos elencados dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, e, também, analisar, a partir das ações descritas nos mesmos, de que modo ocorre a atuação dos participantes relacionando tais ações extensionistas no campo da saúde com os princípios norteadores do SUS.

Desse modo, a partir da análise do universo de projetos estudados compreende-se que os cursos de graduação em saúde da UFVJM representados no respectivo universo, em sua maioria, desenvolvem ações extensionistas voltadas para a concepção de extensão universitária como via de mão dupla, na qual é possível estabelecer o diálogo com a comunidade e, por meio deste diálogo, buscar estratégias que viabilizam o enfrentamento das demandas/necessidades da população local/regional; o que pode-se considerar um avanço em relação à perspectiva de mão única, embora de acordo com Melo Neto (2009) tal concepção, apesar de possibilitar uma possível troca entre instituição/povo/instituição, sempre se efetiva através de um conhecimento já estabelecido pelo meio acadêmico.

No que se refere à presença dos princípios norteadores do SUS nos projetos de extensão quantificados, reconhece-se a necessidade da melhoria quanto à aplicação dos mesmos nas ações previstas, principalmente em relação ao princípio da integralidade, que para Silva (2015):

[...] implica uma ampliação da escuta dos profissionais e serviços de saúde na relação com os usuários, quer individual e/ou coletivamente, de modo a deslocar a atenção da sua doença; e também para o acolhimento de sua história, de suas condições de vida e de suas necessidades em saúde, respeitando e considerando suas especificidades e potencialidades. (SILVA *et al.*, 2015, p. 54-55).

Nesse sentido, a integralidade em saúde procura entender e abordar o indivíduo baseando-se na teoria holística (Capra, 1982), na qual o homem é um ser indivisível e não pode ser explicado por ser aspectos físico, psicológico e social separadamente (SILVA *et al.*, 2015).

Sob o mesmo ponto de vista, a próxima seção levantará informações acerca da presença ou não da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos projetos dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, contemplados nesta pesquisa a partir da análise das categorias elencadas para respectiva investigação.

5 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Inseparável do ato congnoscente, a problematização se acha, como este, inseparável das situações concretas (FREIRE, 2011, p. 82).

Esta seção tem como objetivo identificar a partir da análise das categorias apresentadas no capítulo anterior, se no universo de projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, estudados nesta investigação ocorre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, uma vez identificada analisar de que maneira essa indissociabilidade se configura.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as atividades das universidades brasileiras é algo estabelecido desde a Constituição Federal de 1988.

Observa-se que a consideração a essa Indissociabilidade remonta também, ao primeiro conceito de extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) em 1987, no qual a extensão universitária define-se como:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (...) via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (...) Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (FORPROEX, 1987).

Para Nogueira (2005), o reconhecimento legal da extensão universitária como atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição (1988) e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no fim da década de 1980, possibilitaram à comunidade acadêmica as condições para uma conceituação da extensão expressa por uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere.

Pensa-se a partir dessa institucionalização que a extensão universitária como atividade acadêmica de mesmo reconhecimento legal das demais atividades de ensino e pesquisa, desde o fim dos anos 80, tem sido constantemente debatida no contexto das instituições públicas de ensino superior.

Neste estudo corrobora-se com o entendimento da PNEU (2012), no qual as ações extensionistas permitem a articulação entre ensino e pesquisa de maneira que o conhecimento a ser produzido possa se relacionar com as demandas e necessidades da comunidade.

Tal entendimento considera que, ao se articular com as atividades de ensino, a extensão universitária:

[...] coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional – e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social (...) no qual (...) o eixo pedagógico clássico ‘estudante-professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante-professor-comunidade’. O estudante, assim como a comunidade deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validade pelo professor para se tornar participante do processo. (FORPROEX, 2012, p. 18).

Nesse sentido aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, passando a expressar um conteúdo multi/inter/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática (NOGUEIRA, 2005).

No que se refere à relação com a pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a universidade e a comunidade objetivando-se a produção de conhecimento via metodologias participativas, que permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades (FORPROEX, 2012).

De acordo com Nogueira (2005), tal concepção reconhece a possibilidade da produção de conhecimento por meio da interface universidade/comunidade, visando a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais.

Observa-se que os projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, analisados por esta pesquisa, estabelecem diálogo com as atividades de ensino por meio da articulação com as unidades curriculares, correspondentes à temática em estudo.

Tal compreensão pode ser identificada em alguns trechos dos projetos que valoram a possibilidade de os discentes, a partir das ações descritas, realizarem uma prática que complementa a estrutura curricular do curso, além de viabilizar o trabalho integrado com os órgãos e políticas públicas de saúde do município (PROJETO H, 2015).

Percebe-se também, que em alguns projetos as ações propostas, apesar de serem pertinentes às temáticas trabalhadas na disciplina do professor coordenador, ao serem pensadas como atividades independentes, realizadas na integralidade apenas por discentes, podem inviabilizar essa articulação com o ensino, tendo em vista que resultam apenas em prestação de serviços que beneficia a comunidade e prepara os bolsistas para o mercado de trabalho (PROJETO C, 2013).

Em dois projetos não foi possível identificar a relação com a pesquisa. No Projeto D essa situação pode ser constatada no relatório parcial/final, especificamente no item 8 (Percepção do bolsista acerca da interação com o ensino e a pesquisa), onde teve-se o seguinte relato:

[...] o projeto de extensão tem auxiliado na minha capacidade de entendimento do universo infantil e como isso poderá auxiliar-me nas disciplinas de...do curso de...ainda não tivemos a oportunidade de ter a interface com a pesquisa (RELATÓRIO PARCIAL PROJETO D, p. 2, 2014).

Por outro lado, identificou-se nos demais projetos que a associação com a pesquisa se deu a partir da publicação dos resultados em seminários, congressos; desenvolvimento de TCC sobre a temática trabalhada; aplicação e análise de questionários semiestruturados; coleta de informação para levantamento epidemiológico e futuras pesquisas. Vale ressaltar que o Projeto B, elenca que a associação da extensão com pesquisa proporcionou a convivência com as pessoas do local, condição fundamental para obter os resultados buscados, além de “se conhecer os principais (...) ocorrentes na comunidade e dessa maneira aplicar os resultados focando em intervenções mais cabíveis para cada situação” (RELATÓRIO PARCIAL PROJETO B, p. 2, 2013).

A partir do exposto compreende-se que nos projetos de extensão analisados a articulação com o ensino e pesquisa se apresenta de forma limitada. No que se refere à relação com o ensino, a articulação está associada às unidades curriculares, porém sem explicitar como os conhecimentos oriundos dessa articulação serão integrados às práticas de ensino. Sendo assim, infere-se que a temática é estudada na universidade e “aplicada na comunidade”.

No que diz respeito à relação com a pesquisa, reconhece-se que os conhecimentos e informações provenientes das ações idealizadas pelos projetos tendem ir de encontro às possíveis contribuições, debates, estudos, dados, estatísticas, apontadas como norteadoras do desenvolvimento local. Igual atenção se dá à diminuição dos agravos relativos à promoção e prevenção da saúde, porém, é possível pensar em uma maior inserção da comunidade no enfrentamento das problemáticas apresentadas desde suas hipóteses iniciais.

Com base no exposto, procurou-se identificar a presença ou não da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos projetos que são objetos de estudo dessa pesquisa, e, uma vez identificada, analisar de que maneira essa indissociabilidade tem se configurado.

Percebe-se que a indissociabilidade da atividade extensionista em relação ao ensino resume-se à articulação com as unidades curriculares. Quanto à pesquisa assinala-se a importância da extensão como elo entre o levantamento das problemáticas e suas possíveis intervenções.

Tendo como aporte o estudo realizado, infere-se que há várias possibilidades da tríade ensino, pesquisa e extensão caminharem juntas em favor de uma universidade que reconheça as particularidades do seu entorno, bem como as características e necessidades regionais, nacionais, para com base nessas realidades, buscar formas de interpretá-las, procurando entender os processos sociais e os processos mediadores das condições concretas de vida e de saúde no âmbito populacional (BARATA, 2009).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei (FREIRE, 1996, p. 94).

Considerando que este trabalho poderá contribuir para posteriores reflexões e investigações sobre a prática da extensão universitária no ensino em saúde das universidades públicas brasileiras, bem como no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, reconhece-se que tal possibilidade nos limites da pesquisa não possui caráter conclusivo.

No primeiro momento direcionou-se o olhar para o processo de organização do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da Reforma Sanitária Brasileira. Identificando-se que o movimento da Reforma Sanitária originou-se de um processo de enfrentamento social, decorrente da organização de movimentos sociais urbanos, classes de trabalhadores da saúde, dentre outros, que objetivavam a implementação de uma política pública de saúde que possibilitasse o acesso universal, igualitário e equânime para a população brasileira, sendo considerada, portanto, centrada na democratização da saúde, democratização do estado e democratização da sociedade.

Assim, evidenciou-se que a Reforma Sanitária foi resultado das necessidades sociais no século XX, em particular nos anos de 1970 e 1980, tendo, no final dos anos de 1980 a criação do SUS como materialização de uma de suas estratégias de enfrentamento.

Posteriormente, teve-se o intuito de compreender o contexto histórico da extensão universitária no Brasil e, em particular na UFVJM, por meio do estudo das concepções de extensão universitária que foram vigentes e\ou ainda o são no sistema brasileiro de ensino público. Nesse sentido, entendeu-se que a extensão universitária como prática acadêmica se apresentou por meio de diferentes ações, dentre elas, destacam-se as que se relacionaram com a concepção de extensão como via de mão única; via de mão dupla e como trabalho social.

Em sequência buscou-se evidenciar a concepção de extensão universitária presente no universo de projetos dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, Diamantina, analisados na pesquisa e os aspectos que possibilitaram a origem dos mesmos, articulando-se as ações extensionistas, os projetos, com os princípios doutrinários do SUS.

Ainda, pretendeu-se, analisar, a partir das ações descritas nos projetos, de que modo ocorre/ocorrerá a atuação dos participantes, ou melhor, como a extensão está prevista nestes projetos e por meio de quais ações a relação universidade e sociedade é definida, descrita.

Observou-se que nos cursos de graduação em saúde da UFVJM, representados nos projetos de extensão analisados nesta pesquisa, as ações extensionistas estavam vinculadas à concepção de extensão universitária como via de mão dupla, a respeito da presença dos princípios norteadores do SUS nos projetos de extensão, percebe-se que nas ações previstas o princípio da integralidade é contemplado de maneira limitada.

Por fim, na última seção, objetivou-se identificar, a partir da análise de uma das categorias relacionadas para estudo dos projetos, como ocorreu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no universo estudado.

Identificou-se que a indissociabilidade da atividade extensionista em relação ao ensino restringiu-se à articulação com as unidades curriculares; quanto à pesquisa, reconhece-se a importância da extensão como uma ponte entre o levantamento das problemáticas e suas possíveis intervenções.

Espera-se que este estudo possa instigar reflexões no meio acadêmico a respeito do lugar, do papel, da função social, da comunicação da universidade com a comunidade, executando ações extensionistas efetivamente pautadas pelo trabalho social.

Sem dúvida, a análise documental empregada na pesquisa possibilitou identificar, igualmente inferir, por meio das categorias utilizadas, de que forma a extensão universitária se apresenta nos projetos estudados, ou seja, qual a concepção adotada, como também, viabilizou o reconhecimento da presença ou não dos princípios norteadores do SUS e suas possíveis articulações com as propostas de ações descritas nos projetos.

Porquanto, acredita-se que no processo de formação universitária o preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tende a impulsionar ainda mais o desenvolvimento de habilidades associadas à atuação profissional, igualmente o progresso pessoal/intelectual. Quanto à concepção de extensão presente no universo dos projetos dos cursos de graduação em saúde contemplados nesta investigação, infere-se que esta refletirá diretamente na forma pela qual a inserção dos futuros profissionais se concretiza na sociedade, bem como no reconhecimento ou não da realidade enquanto favorecedora do processo de produção de conhecimentos.

Portando algumas indagações surgiram ao longo dessa pesquisa, bem como no momento de sua finalização. Indagações que, pensa-se, viabilizar novas investigações, dentre elas:

- a) como os atores envolvidos no processo extensionista, desde sua elaboração até a sua execução compreendem a extensão universitária?;

- b) de que maneira a extensão universitária é concebida em outras universidades de Minas Gerais, Brasil?;
- c) uma vez identificada a presença da concepção de extensão universitária como trabalho social, quais tem sido suas implicações no contexto local/regional?;
- d) no entendimento da extensão como via de mão dupla, qual o sentimento de pertença por parte da comunidade?.

Com o objetivo de colaborar com o aprimoramento dos Formulário de Registros das Ações Extensionistas no âmbito da UFVJM, desenvolveu-se, como produto do estudo realizado, um roteiro de análise para a elaboração de projetos de extensão na área da saúde na UFVJM (apêndice A), organizado a partir dos princípios norteadores do SUS que será disponibilizado para análises, encaminhamentos necessários à sua possível implementação.

REFERÊNCIAS

AROUCA, A. S. Crise brasileira e reforma sanitária. **Divulg. Saúde Debate**, n. 4, 1991. p. 15-18.

ARRETCHE, M. A. A política da política de saúde no Brasil. In: LIMA, N. T. *et al.* (Org.). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 285-306.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 set. de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 7.233 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Lei nº. 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. Lei. Nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 2 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 18 set. de 2015.

BRASIL. Lei nº. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

BRASIL. Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselhos de saúde**: a responsabilidade do controle social democrático do SUS. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Departamento de Assuntos Universitários. **Plano de trabalho de extensão universitária**. Brasília: MEC, 1975.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: teoria e ejercicios. 7. ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CALADO, S. dos S; FERREIRA, S. C dos R. **Análise de documentos**: métodos de recolha e análise de dados. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

CAMPOS, G. W. de S. Reflexões temática sobre equidade e saúde: o caso do SUS. **Saúde e Sociedade**, 2006, vol. 15, n. 2, p. 23-33.

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latino-americano. In: CANCLINI, N. G. (Org). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, 1987, p. 13-59.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

COSTA, M. do P. S. de L. **Projetos de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/Diamantina em escolas de educação básica**: ações, concepções e desafios, 2015.

FIGUEIREDO, P. A. **Poli natação para bebês, infantil e iniciação**: uma estimulação para a vida. São Paulo: Phorte, 2011.

FORPROEX: I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira, 1987. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do FORPROEX: 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000. p. 11-18.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 de set. 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez Editora, 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Plano nacional de extensão.** Brasília: INEP, 1999.

LUDKE, M; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MALUSÁ, S. **Universidade e conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa gestão.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOS, R. A. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 13, supl. 1, p. 771-780, 2009.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária: em busca de outra hegemonia.** 1996.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária e produção do conhecimento.** 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. dos S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: EDU-UNB, 2001. v. 1. p. 91-105.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

NORONHA, J. C.; PEREIRA, T. R. Princípios do sistema de saúde brasileiro. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 3. p. 19-32.

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira: contribuições para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PAIVA, V. Extensão Universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 67, n. 155, p. 135-151, jan./abr. 1986.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 2009.

PINTO, A. V. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceito de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. (sd).Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SILVA, L. R. C. da. *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2009. p. 4554-4566. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

SILVA, M. das G. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2000. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/23/1101t.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SILVA, M. P. da; MALUSÁ, S.; SANTOS, Z. M. de S. A. **Ensino de enfermagem: docência universitária e o princípio da integralidade do SUS**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

TAVARES, M. das G. M. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TEIXEIRA, C. **Os princípios do Sistema Único de Saúde**. Salvador: Secretaria da Saúde, 2011.

TOLEDO, M. J. O. *et al.* Avaliação de atividades de controle para enteroparasitos em uma aldeia Kaingáng do Paraná. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 981-990, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC. **Histórico**. Natal, 2017. Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/departamento/portal.jsf?id=4890>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Consepe. **Anexo da Resolução nº. 01 de 21 de setembro de 2007, alterado pela Resolução nº. 24 de 17 de outubro de 2008**. Regulamento das Ações de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/proexc/legislacao.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Pró-reitoria de Extensão e Cultura. **Regulamento do Programa Institucional de Extensão**. 2014. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cppd/formularios/doc_view/1765-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT>. Acesso em 15 de março de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Consepe. **Resolução nº. 6 de 17 de abril de 2009**. Aprova a Política de Extensão Universitária da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Consu. **Resolução nº. 14, de 03 de agosto de 2012**. Aprova o Regimento Interno da PróReitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e

Mucuri (UFVJM). Disponível em: <www.ufvjm.edu.br/proexc/proext/doc_download/615-regimento-interno.html>. Acesso em: 10 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Consepe. **Resolução nº. 25, de 17 de outubro de 2008**. Regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Extensão/2011. Anexo. Disponível em: <www.ufvjm.edu.br/arquivos/63/1/Regulamento_pibex1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Consepe. **Resolução nº 25, de 17 de outubro de 2008**. Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cppd/formularios/doc_download/866.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT>. Acesso em: 10 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Relatório técnico institucional: 2010-2015**. Diamantina: UFVJM, 2016.

VAITSMAN, J. Saúde, cultura e necessidades. In: FLEURY, S. (Org.) **Saúde: coletiva?** questionando a onipotência do social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 157-173.

VIANA, A. FAUSTO, M. C. R; LIMA, L. D. de. Políticas de saúde e equidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 1, p. 58-68, jan./mar. 2003.

VIANNA, N. G.; CAVALCANTI, M. de L. T.; ACIOLI, M. D. Princípios de universalidade, integralidade e equidade em um serviço de atenção à saúde auditiva. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 7, p. 2179-2188, jul. 2014.

APÊNDICE A - SUGESTÃO PARA INSTRUMENTO DE ANÁLISE PROJETOS DE EXTENSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE - UFVJM

Trata-se de um instrumento organizado como parte integrante da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Ensino em Saúde da UFVJM na linha de pesquisa “ Ensino, ética e política pública de saúde”, cujo título é: “ A extensão universitária e o ensino em saúde na UFVJM: uma análise dos projetos de extensão”, igualmente como desdobramento da análise e compreensão de como se configura a extensão universitária no Brasil, mais especificamente nos projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM.

Pretendeu-se com a elaboração deste instrumento que também configurou-se a partir do estudo do roteiro atualmente utilizado para a elaboração e registro de projetos de extensão na UFVJM, bem como do roteiro para a elaboração do relatório final das atividades desenvolvidas nos respectivos projetos, possibilitar a contextualização dos instrumentos já existentes com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, como também permitir possíveis reflexões por parte dos proponentes de tais projetos sobre a concepção de extensão universitária que permeará as ações a serem desenvolvidas.

Ao elencar os tópicos correspondentes teve-se o intuito de propiciar a organização de projetos de extensão que possam promover a superação de visões assistencialistas de extensão e suscitar experiências nas quais as comunidades externas não sejam apenas reconhecidas como público beneficiário, mas que, também, sejam reconhecidas como produtoras de conhecimento.

Alguns links foram consultados e podem ser utilizados para viabilizar o entendimento de como elaborar instrumento para ações extensionistas.

Link: RENEX/FORPROEX

<https://www.ufmg.br/proex/renex/>

Link: Portal da Saúde – SUS

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>

1. Título do projeto
2. Concepção de extensão (apresentação da concepção de extensão universitária que embasará as ações do projeto).

3. Introdução (exposição de informações pertinentes ao projeto, bem como as demandas que conduziram a construção do mesmo).
4. Justificativa (relevância do projeto e sua articulação com as questões/demandas evidenciadas).
5. Consideração aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) na implementação da ação extensionista.
6. Objetivos
7. Participantes (docentes, discentes, técnicos, comunidade externa).
8. Interação universidade/comunidade
9. Ações propostas
10. Metodologia (descrever de que maneira estará contemplada a metodologia participativa).
11. Parcerias
12. Cronograma
13. Orçamento
14. Referências